



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Renan da Silva Rodrigues Almeida

**Mídia e política: a construção do noticiário sobre o
trabalho doméstico no Brasil**

Brasília

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Renan da Silva Rodrigues Almeida

**Mídia e política: a construção do noticiário sobre o
trabalho doméstico no Brasil**

Monografia apresentada como pré-requisito
para obtenção do título de bacharel em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Examinadora: Prof.^a Dra. Denise Mantovani

Brasília

2017

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a Maria Rodrigues Neta, que sonhava em ver os netos formarem-se em uma universidade, mas infelizmente não viveu o suficiente para tanto. E também às mulheres presentes em minha vida, verdadeiras guerreiras, como minha avó era.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Franci Costa da Silva Almeida e Marcos Benício Rodrigues Almeida, que por meio de seu trabalho árduo diário, forneceram as condições materiais que permitiram meu ingresso e permanência na universidade. Também é oportuno agradecer-lhes pelo o apoio que me deram durante todo o processo de graduação.

Ao meu irmão, Ramon, pelo apoio na transição à vida universitária, por todas as caronas que me deu e por todos os favores que me prestou, bem como pelas conversas estimulantes sobre diversos assuntos, tais como gênero, feminismo e representação.

À minha namorada, Nathália Marques, por todo o seu companheirismo e dedicação, pelo suporte nos momentos difíceis e pelas incontáveis horas de diversão e felicidade, que tornaram – e tornam – tudo mais fácil.

Aos amigos que fiz durante a graduação, especialmente Anderson Luiz Dias, Karina Lisboa, Larissa Macedo, Máires Barbosa, Matheus Assis e Tayla Post. Agradeço-lhes por sua amizade e por trilharem esse caminho ao meu lado; compartilhamos momentos de dificuldade e felicidade, vivenciando a incrível experiência da vida universitária e angustiamos-nos com os rumos tomados pela política nacional nos últimos anos. Apesar de tudo, seguimos firmes em nossas posições, sempre defendendo a democracia e buscando aprender mais sobre o mundo e sobre a sociedade em que vivemos.

Aos meus amigos do ensino médio Gabriel Felipe, Pedro Marco, Rômulo Costa, Victor Hugo Mota e Yhann Daniel, pelas horas de leveza com conversas agradáveis sobre filmes, quadrinhos e livros, pelas divertidas idas ao cinema, que sempre me ajudaram a espalhar, e, finalmente, por sua amizade e consideração.

A todos os integrantes do grupo de pesquisa Democracia e Desigualdades (Demodê), tanto professores quanto estudantes que o integram, pelas oportunidades que me proporcionaram e pelos conhecimentos que comigo compartilharam.

À professora Denise Mantovani, por facilitar meu acesso aos veículos aqui estudados por meio de suas assinaturas. Agradeço também pela ajuda com as dificuldades de pesquisa, pelas valiosas dicas e conselhos que me forneceu e, ainda, pelos ricos comentários que emitiu como examinadora deste trabalho. Sou feliz por tê-la conhecido.

Ao professor Luis Felipe Miguel, pela excelente orientação que me proveu na produção desta monografia e por suas aulas estimulantes, que despertaram meu interesse para temas que eu antes menosprezava.

Finalmente, a todos os funcionários da Universidade de Brasília, que, por meio de seu trabalho diário, viabilizam os estudos de milhares de alunos.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise de conteúdo midiática sobre o tema “trabalho doméstico”. Buscou-se compreender, entre outras questões, quais foram as principais abordagens mobilizadas no noticiário para a compreensão da realidade do trabalho doméstico no Brasil. Além disso, a pesquisa procurou apreender qual foi o destaque que este tema recebeu, quais atores sociais foram ouvidos nesse processo e quais consequências foram presumidas com a equiparação dos direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores do país. Dessa maneira, o esforço empírico baseou-se na análise da cobertura de três veículos de comunicação brasileiros, os jornais impressos *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e o televisivo *Jornal Nacional*, três dos mais importantes noticiários do país, entre os anos de 2013 a 2015, período no qual foi promulgada e regulamentada a Emenda Constitucional 72 pelo Congresso Nacional. A hipótese sustentada é a de que nos jornais impressos de grande circulação, a questão do trabalho doméstico está mais vinculada a uma abordagem econômica e a uma perspectiva que enfatiza os impactos da nova legislação na vida dos patrões, enquanto que nos jornais televisivos a cobertura jornalística está limitada aos momentos decisivos da regulamentação dos direitos das empregadas domésticas e aos momentos de “crise” na efetivação desses direitos. A perspectiva da interseccionalidade e os estudos sobre política e comunicação de massa serviram como referenciais teóricos para a discussão dos temas propostos.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Mídia, Interseccionalidade, PEC das domésticas.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 – Seção ou caderno da matéria analisada – Folha de S. Paulo e O Globo.....	43
Gráfico 1 – Atores sociais que recebem voz de acordo com o sexo – Folha de S. Paulo e O Globo.....	45
Gráfico 2 – Atores sociais que recebem voz de acordo com sexo e raça/cor – Jornal Nacional.....	48
Tabela 2 – Abordagem predominante de acordo com veículo.....	49
Gráfico 3 – Abordagens.....	52
Tabela 3 – Consequências indicadas no texto de acordo com veículo.....	53
Tabela 4 – Consequências indicadas nos editoriais de acordo com o veículo.....	55

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1 – Trabalho doméstico e interseccionalidade.....	12
1.1. Interseccionalidade e convergências na reprodução das desigualdades.....	12
1.2. Trabalho doméstico no Brasil: características gerais e principais discussões teóricas.....	18
1.3. Trabalho doméstico e interseccionalidade: as duas dimensões do poder.....	25
Capítulo 2 – Mídia e política.....	30
Capítulo 3 – Mídia e trabalho doméstico.....	38
3.1. Delimitação do problema e metodologia de pesquisa.....	38
3.2. Resultados da pesquisa.....	43
Considerações finais.....	58
Referências bibliográficas.....	60

Introdução

O campo acadêmico da Ciência Política, como todos os diferentes ramos do conhecimento, é composto por margens e centros. Alguns temas e discussões ocupam posição de maior centralidade do que outros. Estudos sobre instituições políticas tradicionais, isto é, partidos políticos, governos, entre outras, tendem a ganhar maior proeminência do que, por exemplo, estudos sobre gênero, sobre trabalho e mesmo sobre mídia. No entanto, as discussões em geral ignoradas pelo *mainstream* da disciplina não são necessariamente desimportantes para a compreensão da realidade ou do objeto estudado. Temas como divisão sexual do trabalho, cadeias globais de cuidado e relações sociais de poder, embora ocupem posições marginais no campo, são extremamente importantes para a produção de conhecimento sobre a política. Em outras palavras, embora sejam discussões marginalizadas na Ciência Política, elas se referem a aspectos da realidade que não são marginais na organização da sociedade.

Os temas deste trabalho – mídia e trabalho doméstico remunerado – também não compõem o conjunto de questões consideradas relevantes para o *mainstream* da disciplina. Sustenta-se aqui que qualquer definição abrangente de política deve fazer referência a termos como conflito e poder. Este último é, com efeito, um objeto de estudo importante da política e, conseqüentemente, da Ciência Política. As assimetrias de poder na sociedade têm efeitos políticos importantes, embora pouco discutidos.

Nesse contexto, o trabalho doméstico deve ser encarado como questão política, uma vez que é marcado por assimetrias de poder. Nele, relações de poder de classe, raça, sexo, idade e lugar de origem interagem entre si e se cruzam para produzir desigualdades. Por isso, o trabalho doméstico pode ser tão bem entendido a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade, um construto fruto da reflexão feminista negra (embora seus aspectos principais tenham sido renunciados anteriormente por diferentes vertentes do feminismo) que busca compreender como as convergências e entrecruzamentos de diferentes eixos de poder produzem opressões específicas.

Além disso, a regulamentação recente do trabalho doméstico remunerado no Brasil despertou conflitos latentes na sociedade brasileira, lançando luz sobre a forma como historicamente tem se organizado esse tipo de ocupação no país e expondo privilégios e desvantagens de diferentes grupos.

Ao contrário dos estudos sobre trabalho doméstico e cuidado (*care*), os estudos sobre os meios de comunicação de massa encontram uma realidade de maior institucionalização no meio acadêmico. Diferentes estudiosos têm se preocupado com os efeitos da mídia pelo menos desde a década de 1920. Contudo, o fato de tal área possuir maior institucionalização não significa que ela possua uma centralidade na produção de conhecimento da Ciência Política. Na realidade, é bem o contrário.

Não obstante, talvez a principal preocupação teórica com relação aos meios de comunicação seja o seu papel central na produção da agenda pública, esta que é um dos elementos cruciais da disputa política. Também muito se discute os efeitos da mídia de massa em sua audiência, isto é, nos comportamentos e preferências dos indivíduos e grupos. No caso específico da Ciência Política, a preocupação volta-se, principalmente, para os efeitos da mídia nos comportamentos e preferências eleitorais dos cidadãos. Sabe-se que o advento e popularização dos meios eletrônicos, especialmente a televisão, favoreceram a personalização da disputa política. Como e quais efeitos a mídia de massa é capaz de gerar na política ainda é uma questão amplamente debatida pelos estudiosos do tema.

Os meios de comunicação de massa são fundamentais na produção e difusão de informações, discursos e representações da realidade social. Os jornais e noticiários, tal como afirma Miguel (2014, p. 143), “elegem temas, apresentam os fatos relevantes para a compreensão de tais temas e ainda ajudam a estabelecer os valores que presidirão a apreciação dessa realidade construída”.

Nesse sentido, este trabalho busca realizar uma análise de conteúdo midiática sobre o tema “trabalho doméstico”. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, em que se busca compreender, entre outras questões, quais foram as principais abordagens mobilizadas para a compreensão da realidade do trabalho doméstico no Brasil. A preocupação aqui se voltou para o que é comumente chamado de “grande imprensa”, isto é, os grandes veículos de comunicação, que geralmente atingem grandes audiências e, dentro do campo da mídia, ocupam as posições mais centrais. Portanto, a pesquisa empírica se baseou na análise da cobertura de três veículos de comunicação brasileiros, os jornais impressos *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e o televisivo *Jornal Nacional*, três dos mais importantes noticiários do país. A regulamentação do trabalho doméstico, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72 de 2013, serviu como marco para a determinação do recorte temporal da análise, que cobre o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015, além de ser um dos critérios de seleção das matérias jornalísticas. Contudo, a pesquisa não se limitou aos aspectos legais do

trabalho doméstico, tratando também de temas diretamente relacionados a ele, mesmo quando não se fez referência à mudança na legislação.

A hipótese aqui sustentada é a de que nos jornais impressos de grande circulação, a questão do trabalho doméstico está mais vinculada a uma abordagem econômica e a uma perspectiva que enfatiza os impactos da nova legislação na vida dos patrões. É para estes, então, que o noticiário é construído. Nos jornais televisivos, por outro lado, espera-se que a cobertura jornalística seja limitada aos momentos decisivos da regulamentação dos direitos das empregadas domésticas e aos momentos de “crise”, envolvendo impasses nas negociações em plenário e problemas de interpretação e adaptação à nova lei por parte de trabalhadores e empregadores.

Dessa forma, o trabalho está dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo é destinado à discussão sobre o conceito de interseccionalidade e sua relação com o trabalho doméstico remunerado; o segundo capítulo aborda aspectos teóricos referentes aos estudos sobre a mídia de massa e seus efeitos no campo político; o terceiro capítulo contém a metodologia e os resultados da pesquisa empírica; e por último, são apresentadas as considerações finais.

Capítulo 1 – Trabalho doméstico e interseccionalidade

1.1. Interseccionalidades e convergências na reprodução das desigualdades

O interesse pela interseccionalidade tem crescido nos meios feministas (acadêmicos ou não) nos últimos anos, especialmente a partir dos anos 2000. Isso se refletiu na quantidade de publicações sobre o tema, que aumentou consideravelmente, levando a um rápido crescimento e institucionalização da interseccionalidade (COLLINS, 2015, p. 6). A origem desse termo geralmente é explicada por meio de uma narrativa comum. Como aponta Hirata (2014, p. 62), a abundante literatura em língua inglesa e francesa sobre o tema aponta o uso do termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, em um texto da jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw.

Contudo, a discussão sobre conexões e cruzamentos entre diferentes sistemas de opressão é bem anterior, sendo realizada pelo menos desde a primeira metade do século XX, com o debate sobre a “tripla opressão” sofrida pelas trabalhadoras negras, levado a cabo pelas dirigentes comunistas negras nos Estados Unidos. O acúmulo de tal discussão foi em grande medida perdido, com um hiato entre 1930 e 1950 (BIROLI e MIGUEL, 2015, p. 37). As investigações nesse sentido foram recuperadas posteriormente por movimentos feministas negros estadunidenses, a partir da década de 1960. Esses movimentos criticavam pesquisas baseadas somente em raça ou somente em gênero, por estas falharem em considerar experiências vividas em pontos de intersecção negligenciados (MCCALL, 2005, p. 1780). Collins mostra, por exemplo, como comunidades interpretativas dentro de movimentos sociais prepararam o palco para a análise interseccional. Recorrendo a um documento do *Combahee River Collective*, movimento do feminismo negro americano, ela evidencia como noções importantes da interseccionalidade foram antecipadas. O documento argumentava que estudos baseados somente em raça ou somente em gênero promoviam análises incompletas e parciais das injustiças que caracterizavam as vidas das mulheres afro-americanas, e que raça, gênero, classe social e sexualidade moldavam as experiências delas (COLLINS, 2015, p. 7-8). O posterior desenvolvimento acadêmico da interseccionalidade, principalmente nos Estados Unidos, deve muito à produção intelectual de mulheres negras e latinas.

Pode-se afirmar, assim, que o feminismo negro foi responsável por resgatar um movimento de questionamento da categoria “mulheres”, que remonta ao feminismo socialista e anarquista. Em outras palavras, os problemas enunciados pelo feminismo de então como

problemas “das mulheres” na verdade representavam a situação de um grupo seletivo de mulheres, isto é, as brancas, casadas, com formação universitária e de classe média e alta. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres foram transformadas “em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres” (HOOKS, 2015, p. 194). Esse discurso feminista fazia referência a uma situação comum entre todas as mulheres, solapando as diferenças internas desse grupo e criando, assim, uma “essencialização” do gênero.

Nesse sentido, desde o momento em que tais críticas surgiram, alegando que o feminismo reivindicou falar universalmente por todas as mulheres, as pesquisadoras têm estado mais atentas aos limites que a utilização do gênero como única categoria analítica impõe (MCCALL, 2005, p. 1771). É claro que esse desenvolvimento não foi livre de controvérsias, mas o que importa, nesse momento, é evidenciar como o feminismo negro desenvolveu a noção de que a discriminação de gênero estava entrecortada pela discriminação racial.

Bell hooks (2015, p. 201), por exemplo, argumenta que mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo e ao racismo se rotularam feministas, o que permitiu com que a luta feminista fosse cooptada facilmente pelos interesses das feministas liberais e conversadoras. Segundo ela, havia entre as feministas privilegiadas uma tendência de mistificar a realidade da mulher e uma insistência em colocar o gênero como único determinante de seu destino (HOOKS, 2015, p. 207). Não era possível, portanto, entender a experiência de uma mulher negra a partir dos estudos de gênero ou a partir dos estudos de raça, pois, por um lado, os primeiros focavam em mulheres brancas e, por outro, os últimos focavam em homens negros (MCCALL, 2005, p. 1780).

Na Europa, por sua vez, a classe social era privilegiada na análise das desigualdades sociais, por conta de um forte engajamento com o pensamento social marxista (COLLINS, 2015, p. 13). Uma interpretação recorrente deste, inclusive, era a de que a dominação de gênero era um subproduto da dominação de classe. Assim, a superação da ordem capitalista levaria automaticamente ao fim da dominação de gênero. Dessa forma, a manutenção da opressão das mulheres onde o capitalismo fora destruído era atribuída a “causas puramente ideológicas” (DELPHY, 2013, p. 100). O feminismo que surge nos meios marxistas e socialistas, contudo, recusa essa interpretação. Esse feminismo tendia (e, em alguns casos, ainda tende) a privilegiar o par gênero-classe, apesar de não suspender a raça como problema. Como discutem Biroli e Miguel (2015, p. 31), abordagens importantes das feministas marxistas e socialistas construídas a partir dos anos 1970 esforçaram-se para mostrar que “a

crítica ao capitalismo e o recurso à noção de classe não poderiam apagar as especificidades da posição de mulheres e homens na sociedade capitalista”.

Dessa forma, de maneira parecida com a qual as feministas negras questionaram a categorização de “mulheres” como grupo homogêneo, trabalhos como o de Christine Delphy (2013) fizeram com o coletivo “trabalhadores”. Delphy, então, entende que ocorre na família uma exploração econômica das mulheres. Para ela, verifica-se a existência de dois modos de produção: o modo industrial e o modo familiar, o primeiro no qual se dá a exploração capitalista e o segundo no qual se dá a exploração patriarcal (DELPHY, 2013, p. 101, 111). Essa abordagem enxerga as mulheres como uma classe social. Para Delphy (*idem*, p. 117), a libertação das mulheres “não se dará sem a destruição total do sistema de produção e reprodução patriarcal”.

Apesar das críticas que podem ser feitas a essa perspectiva e a outras similares, inclusive quanto à utilização do termo “patriarcado”, elas representam um avanço na compreensão da especificidade da condição das mulheres, reconhecendo que a classe é entrecortada pelo gênero (embora tais abordagens não se coloquem necessariamente nesses termos).

O ponto aqui é apontar como os feminismos negros e marxistas renunciaram aspectos importantes e forneceram as bases para a noção de interseccionalidade, que, por sua vez, como indicam Biroli e Miguel (2015, p. 31), permitiu avançar teórica e metodologicamente na abordagem dos entrelaçamentos entre diferentes relações sociais de poder.

Isto posto, é possível agora efetivamente fornecer uma definição de interseccionalidade. Collins (2015, p. 2) afirma que um consenso geral sobre os contornos gerais da interseccionalidade reside na percepção crítica de que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação, habilidade e idade operam não como entidades unitárias e mutuamente excludentes, mas como fenômenos de construção recíproca que dão forma a complexas desigualdades sociais”. Trata-se não só de reconhecer que há vários sistemas de dominação, mas que eles frequentemente se sobrepõem e se cruzam. A interseccionalidade busca basicamente capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Uma analogia popular feita por Crenshaw para ilustrar a interseccionalidade remete ao cruzamento de múltiplas vias de trânsito, cada qual representando um sistema de dominação diferente. Os indivíduos são, nesse exemplo, o ponto em que diferentes opressões se cruzam, isto é, os entrecruzamentos produzem suas posições sociais (BIROLI e MIGUEL, 2015, p. 47).

Uma das principais críticas à interseccionalidade parte de Danièle Kergoat, para quem as práticas sociais de homens e mulheres não se deixam apreender “por noções geométricas como imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade” (KERGOAT, 2010, p. 93). As críticas da autora enfatizam que a multiplicidade de pontos de entrada pode levar à fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência presente nas relações sociais, assim como partem da compreensão de que os teóricos da interseccionalidade raciocinam em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, deixando de “historicizá-las” e de levar em conta as dimensões materiais da dominação (HIRATA, 2014, p. 65).

De fato, a questão, nada desprezível, de quantas divisões sociais estão envolvidas e/ou quais devem ser incorporadas na análise do processo de interseccionalidade está presente em grande parte da literatura que discute esse tema (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 201). Na verdade, sistemas de dominação, como racismo e sexismo, na linha do que argumenta Kerner (2012, p. 49), são fenômenos complexos e não estáticos que diferem de acordo com o contexto. Em situações históricas específicas e em relação a indivíduos específicos há divisões sociais que são mais importantes que outras na construção de posicionamentos específicos. Geralmente, entre os feminismos negros e etnicamente minoritários, raça, gênero e classe são percebidos como as três maiores divisões/relações sociais, mas frequentemente outras teóricas feministas adicionam outras dimensões, tais como idade, habilidade ou sexualidade (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 201-203).

Contra o argumento de que a multiplicidade de assimetrias relevantes leva à individualização das posições sociais, obrigando que o escopo de análises seja reduzido ao nível da individualidade, Biroli e Miguel (2015, p. 50) destacam a necessidade de levar em conta o fato de as opressões serem estruturais e que o “esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum”. Como eles mostram, a posição social dos indivíduos é produzida pela combinação entre gênero, classe e raça. No acesso desigual à renda, ocupação e participação política, por exemplo, não se trata da vivência de um único componente da identidade das pessoas, mas de como “um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens organiza sua trajetória” (*idem*, p. 51).

Outra crítica feita por Kergoat (2010, p. 98) é a de que pensar em termos de “cartografia” pode levar a naturalizar as categorias analíticas. Para ela, não há propriamente “posições”, elas estão inseridas em relações dinâmicas, estando, portanto, em perpétua evolução e renegociação. A autora prefere, então, trabalhar com a tese de que as relações

sociais são consubstanciais e coextensivas: formam um “nó” que não pode ser desatado no nível das práticas sociais e ao se desenvolverem, se reproduzem e se co-produzem mutuamente (*idem*, p. 94, 100). Ou seja, as relações sociais de raça, gênero e classe não somente se cruzam, mas se reproduzem mutuamente.

Ainda assim, conforme indica Hirata (2014, p. 61-62), os conceitos de interseccionalidade e consubstancialidade partilham de um pressuposto central da epistemologia feminista: o de que as definições de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência frequentemente “incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência”. Além disso, ambas as abordagens partem da proposta de não hierarquizar as formas de opressão. Não obstante suas diferenças teóricas, ambas constituem-se enquanto formas de pensar as desigualdades sociais em termos de cruzamentos e enfatizam a necessidade de enxergar a multidimensionalidade da opressão. Enquanto a interseccionalidade pode ser vista como proposta para levar em conta as múltiplas fontes de identidade e de opressão, geralmente privilegiando a intersecção entre sexo e raça, a consubstancialidade, elaborada no final dos anos 1970, foi constituída em termos de articulação entre sexo e classe social. Ambas, porém, foram desenvolvidas posteriormente em termos de imbricação entre classe, sexo e raça (HIRATA, 2014, p. 63).

Como mencionado anteriormente, quando se deu o debate incipiente sobre interseccionalidade (mesmo nos casos em que os estudos não eram explicitamente assim nomeados, assumindo a forma de estudos sobre raça, gênero e classe), uma abordagem frequente era aquela que fazia referência à “tripla opressão” sofrida pelas trabalhadoras afro-americanas. Em outras palavras, as mulheres negras sofreriam opressão como negras, como mulheres e como integrantes da classe trabalhadora. Tal modelo é identificado por Yuval-Davis (2006, p. 195, 197) como “interseccionalidade aditiva”. É como se ao fato de uma mulher negra ser mulher se somassem o fato de ela ser negra e ser da classe trabalhadora. As opressões, assim, funcionariam basicamente como uma operação básica de adição. Entretanto, nas experiências concretas de opressão, ser oprimida como uma “pessoa negra”, por exemplo, é sempre algo “construído e entrelaçado em outras divisões sociais” (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 195). Ademais, tais modelos incorrem em essencializações das categorias raças, classe e gênero, um erro cometido justamente pelas abordagens criticadas pela perspectiva interseccional. Apesar de essas questões já terem sido enfrentadas pelas feministas acadêmicas que trabalham com elas por mais tempo, são um problema no âmbito dos órgãos relacionados às Nações Unidas em seus programas contra discriminações, que emergiram muito recentemente e ainda sofrem com essas confusões analíticas (*idem*, p. 206).

De acordo com Kerner (2012, p. 48), duas posições têm guiado os estudos sobre as conexões e cruzamentos entre sistemas de opressão: uma que busca a criação de analogias entre tais sistemas (racismo e sexismo, especificamente) e outra que recomenda a busca por entrelaçamentos entre eles. De fato, um dos pontos de partida da análise interseccional foi a rejeição, por parte de autoras como bell hooks, a uma analogia comum feita por muitas feministas brancas entre a situação das mulheres e a situação dos negros (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 193). A analogia, utilizada com intenções emancipatórias, trazia palavras de ordem dizendo que as mulheres eram “os negros do mundo”. Mesmo reconhecendo que tal equiparação é altamente redutora e criticável, Kerner ressalta (2012, p. 48, 50) que isso não deve levar a uma recusa generalizada de todo e qualquer diagnóstico de analogias. Para ela, as duas posições (criação de analogias e busca por entrelaçamentos) não são mutuamente excludentes, sendo ambas úteis à conceituação de relações complexas entre sistemas de dominação. Outras classificações úteis, para a autora, são aquelas que estabelecem diferenças e acoplamentos entre eles. Para abordar como se dão essas diferentes classificações entre sistemas de dominação, Kerner utiliza duas formas específicas: o racismo e o sexismo.

Assim, as semelhanças entre racismos e sexismos residem no fato de que, em ambos os casos, as atribuições de categorias de diferenciação servem ao propósito de legitimar as formas de estratificação e de segregação. As diferenças, por sua vez, relacionam-se às arenas nas quais a raça e o gênero produzem inclusão e subordinação. A divisão entre público e privado, por exemplo, tem um papel mais importante no sexismo do que no racismo. As ligações entre racismo e sexismo podem ser verificadas em manifestações de que outras “raças” seriam mais sexistas do que a de referência, o que, de forma geral, vitimiza as mulheres do outro grupo (KERNER, 2012, p. 49-54). As intersecções, por sua vez, relacionam-se àquilo que já foi discutido anteriormente.

A interseccionalidade introduziu novos problemas metodológicos e, de certa forma, limitou o alcance de abordagens metodológicas usadas para estudá-la. Isso porque, como afirma McCall (2005, p. 1772), uma vez que a característica definidora desse tipo de pesquisa é a complexidade, os pesquisadores acabam favorecendo metodologias que os levam ao estudo desta, rejeitando metodologias consideradas por eles muito simplistas ou reducionistas, o que, por sua vez, restringe o escopo de conhecimento que pode ser produzido na interseccionalidade. Vale ressaltar que a autora entende metodologia como um “conjunto de ideias coerente sobre a filosofia, métodos e dados que subjazem o processo de pesquisa e a produção de conhecimento” (MCCALL, 2005, p. 1774). Logo, ela argumenta que um alcance

mais amplo de metodologias é necessário no campo da interseccionalidade, uma vez que “diferentes metodologias produzem diferentes tipos de conhecimento” (*idem, ibidem*).

Outro problema que tem sido apontado com relação aos estudos das interseccionalidades é que estes reduziram o peso explicativo da categoria “classe”. Como afirma Kergoat (2010, p. 97), a referência à classe social nesses estudos muitas vezes não passa de uma citação obrigatória. De fato, com o desenvolvimento do feminismo pós-moderno, especialmente nos Estados Unidos, muitas teorias feministas voltaram-se para questões de cultura, representação e identidade, abandonando classe como construto teórico central (ACKER apud COLLINS, 2015, p. 13). De acordo com Philips (2001), as demandas contemporâneas por presença política têm refletido outras desigualdades que não a de classe. Ela afirma que quando esta era vista como principal fonte de desigualdade entre os grupos havia basicamente duas posições: a liberal, segundo a qual a igualdade poderia ser alcançada sem levar em consideração a diferença existente; e a posição socialista, para a qual o principal obstáculo à igualdade política era a desigualdade de classes. No momento em que a atenção é deslocada para formas de diferença de grupo que não são possíveis de eliminar (como sexo e raça, por exemplo), essas alternativas deixam de parecer plausíveis. Movimentos sociais ligados a questões de raça, gênero ou etnicidade inicialmente foram movidos pelo que a autora chama de “política de ideias”, mas as divergências em torno de estratégias e objetivos, combinados com um ressentimento com o predomínio organizacional de grupos já dominantes na sociedade, levaram a uma política mais baseada em identidades (PHILIPS, 2001, p. 274-275).

O feminismo contemporâneo, conforme destacam Narvaz e Koller (2006, p. 648), se caracteriza por uma multiplicidade de discursos de variadas tendências. A interseccionalidade, apesar de ter se estabelecido há bastante tempo na crítica feminista, parece ter ganhado maior popularidade apenas nos últimos anos, a partir dos anos 2000. Não obstante essa perspectiva enfrentar diferentes tipos de críticas, ela se mostra uma alternativa teórica interessante para a análise da produção e reprodução das desigualdades sociais. Esse é um ponto relevante especialmente para o que é um dos temas deste trabalho, o trabalho doméstico remunerado, que será discutido nas próximas duas seções deste capítulo.

1.2. Trabalho doméstico no Brasil: características gerais e principais discussões teóricas

A realidade do trabalho doméstico no Brasil certamente apresentou mudanças nos anos que se seguiram à conquista, pelas trabalhadoras domésticas, do direito à assinatura da

carteira de trabalho em 1972, marco do seu reconhecimento como trabalhadoras. Contudo, algumas práticas e aspectos gerais dessa ocupação se mantêm de maneira insistente e quase cristalizada. O lugar social de recrutamento das trabalhadoras, bem como a desproteção legal que estas enfrentam têm sido apontados como pontos de continuidade nesse processo. A força de trabalho nesse setor é recrutada entre mulheres, geralmente pobres e com baixa escolaridade, características estas que estão sobrepostas por uma forte marca de racialização (BRITES, 2013, p. 427, 429). E é justamente isso que os dados evidenciam.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2011) analisam a evolução dos principais indicadores relativos ao trabalho doméstico remunerado entre os anos de 1999 e 2009. O primeiro dado relevante – mas nada surpreendente – é o de que, do total de 7,5 milhões de trabalhadores domésticos em 2009, 93% destes eram mulheres, padrão que não variou ao longo da década analisada. Dessas mulheres, 61,6% eram negras. A média de anos de estudo para as trabalhadoras domésticas no último ano da análise foi de 6,1, uma diferença de 3,2 anos de estudo com relação às mulheres ocupadas em outras profissões, cuja média foi de 9,3 anos. Os dados também mostram uma centralidade maior do trabalho doméstico para as mulheres negras em relação às brancas. Enquanto, para as primeiras, o trabalho doméstico respondia por 21,8% de sua ocupação, para as últimas, correspondia a 12,6% (PINHEIRO, FONTOURA e PEDROSA, 2011, p. 35-37, 40).

Conforme aponta Brites (2013, p. 438), apesar da variedade de tipos de contratos de trabalho, é possível categorizar três tipos de trabalhadoras domésticas: as mensalistas residentes (que residem no local de trabalho), as mensalistas externas (que não residem no local de trabalho) e as diaristas (cujo pagamento se dá por dia trabalhado). No ano de 2009, a proporção de trabalhadoras mensalistas sobre o total de trabalhadoras domésticas foi de 70,7%. Com relação à década anterior, as diaristas aumentaram em número, enquanto as mensalistas diminuíram. Em 1999, o percentual destas era de 82,8% (PINHEIRO, FONTOURA e PEDROSA, 2011, p. 56-57). As atividades das diaristas permanecem sem uma definição legal, devido a sua característica descontínua (elas podem prestar serviços para mais de um empregador). Por causa disso, estão em uma condição de maior fragilidade em termos de proteção estatal (BRITES, 2013, p. 438).

No entanto, é importante destacar que o aumento no número de diaristas, como mostram Girard-Nunes e Silva (2013, p. 595), não necessariamente implica em aumento da precariedade do trabalho. Apesar de o fenômeno poder ser visto como aumento da informalidade entre as trabalhadoras domésticas, o valor da hora de trabalho das diaristas

chega perto do das empregadas mensalistas. Enquanto o rendimento médio por hora trabalhada destas, no Brasil, chegava a R\$ 5,24 em 2011, o daquelas chegava a R\$ 5,17, sendo superior ao das mensalistas sem carteira de trabalho (R\$ 3,40). Além disso, o crescimento verificado no pagamento da Previdência Social se deu na mesma proporção para mensalistas e diaristas. Deve-se considerar, porém, que a opção de ser diarista nem sempre é uma decisão unicamente das trabalhadoras, mas, em alguns casos, das famílias empregadoras, numa forma de se eximir do registro da carteira e da contribuição à Previdência Social (*idem*, p. 597). As autoras se baseiam também em dados da PNAD, mas relativos aos anos de 2004 a 2011. Neste último, o número estimado de trabalhadores domésticos no Brasil foi de 6,6 milhões.

Apesar das variações entre os diferentes tipos de empregadas domésticas e as diferentes categorias do emprego (com ou sem carteira assinada), o que se pode concluir é que as trabalhadoras domésticas, em geral, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, são mal remuneradas (BRITES, 2013, p. 430). Por ser uma ocupação desempenhada historicamente por pessoas de status social mais baixo, torna-se estigmatizada, pois, ao que parece, “as características dos trabalhadores ainda definem as qualificações e o valor do trabalho” (BORIS, 2014, p. 104).

Nesse contexto, o exame dos dados do IBGE aponta para mudanças tímidas em alguns aspectos da ocupação. É possível afirmar, apesar do crescimento da importância da atividade das diaristas, que, de modo geral, a formalização no emprego doméstico aumentou nos últimos anos. Ela passou de 21,6% em 2004 para 24,5% em 2011 (GIRARD-NUNES e SILVA, 2013, p. 594). No primeiro trimestre de 2014, quando o número estimado de trabalhadores domésticos no país era de 5,9 milhões, o percentual de trabalhadores com carteira assinada já era de 31,5%. No primeiro trimestre do ano de 2017, apesar de ter ocorrido um aumento no número de trabalhadores domésticos (que chegou a 6,05 milhões), provavelmente devido à crise econômica, o percentual de formalização manteve-se exatamente o mesmo de 2014 (IBGE, 2017).

Uma das mudanças mais significativas no perfil do trabalho doméstico no país se refere a mudanças no padrão etário de sua mão de obra. Entre 1999 e 2009, houve um movimento de queda no número de trabalhadoras de 18 a 24 anos, de 22% para 11%, respectivamente. Essa mudança é geralmente explicada pela melhora de possibilidades de empregos em outros setores – empregos melhores ao menos em termos de reconhecimento – para as mulheres mais jovens, junto com o aumento de sua escolaridade (cf BRITES, 2013, p. 438-439; PINHEIRO, FONTOURA e PEDROSA, 2011, p. 38).

Aspecto geralmente negligenciado com relação ao trabalho doméstico é a participação masculina nesse setor. Os homens desempenham atividades bastante diferentes daquelas de que se ocupam as mulheres trabalhadoras domésticas. Enquanto a estas compete o cuidado com a casa e com as pessoas (trabalhos de limpeza e alimentação), realizados no espaço interno das casas, àqueles ficam reservadas as atividades no espaço externo dos domicílios. Eles são, portanto, jardineiros, motoristas e caseiros. Além das diferenças qualitativas quanto ao tipo de trabalho desempenhado, verifica-se também uma diferença significativa em seus rendimentos. Em 2009, os trabalhadores domésticos do sexo masculino ganhavam, em média, 44% a mais que as trabalhadoras do sexo feminino (PINHEIRO, FONTOURA e PEDROSA, 2011, p. 36, 54).

Com relação à sindicalização dos trabalhadores domésticos, os estudos tendem a apresentar um duplo entendimento. Por um lado, constatam as dificuldades de expansão e manutenção das entidades sindicais¹, cujos maiores impedimentos se relacionam à própria natureza do trabalho doméstico: as trabalhadoras, no interior dos lares patronais, sofrem uma grande pressão contra sua politização; além disso, suas relações com os empregadores costumam ser caracterizadas por uma lógica personalista e clientelista. Por outro lado, reconhece-se também a grande força de luta levada a cabo por poucas militantes (BRITES, 2013, p. 431). É o que faz, por exemplo, Bernardino-Costa (2015, p. 160), para quem “à sombra de cada conquista legal da categoria, o movimento político das trabalhadoras domésticas estava presente”. Para ele, o avanço legal proporcionado pela aprovação da chamada “PEC das domésticas” não foi fruto do acaso, mas sim de um longo processo histórico de luta dos movimentos de trabalhadoras domésticas. Um dos subprodutos da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para a qual os movimentos sindicais de trabalhadoras domésticas brasileiros levaram uma grande delegação, segundo o autor, foi a colocação do tema “trabalho doméstico” na agenda política do país. Com isso, o projeto de emenda à Constituição proposto em 2010 por um grupo de parlamentares, em diálogo com as próprias trabalhadoras domésticas e outras organizações (como ONGs feministas e antirracistas), ganhou força no Congresso, sendo aprovado na

¹ Como mostram Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2011, p. 50-51), um percentual mínimo de trabalhadoras domésticas é filiado a algum sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho ou registrado como tal em cartório. Em 2009, esse percentual foi de 2% do total de trabalhadores, isto é, cerca de 130 mil trabalhadoras. Mas há também que se notar que a distribuição de sindicatos pelo país é desigual. Algumas regiões apresentam percentual maior de filiadas do que outras, mas nunca alcançando a marca de 5% do total de trabalhadoras domésticas.

Câmara dos Deputados em dezembro de 2012 e no Senado Federal em março de 2013 (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 158-159).

Isso somente foi possível por meio da construção de uma rede com atores, governos e organismos nacionais e internacionais. Na verdade, na própria formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas, verifica-se um intenso diálogo e articulação com movimentos sindicais, feministas e negros (*idem*, p. 154). Retomando a evolução dos movimentos sindicais e associações de trabalhadoras domésticas no Brasil, o mesmo autor destaca que a exclusão das empregadas domésticas dos direitos trabalhistas no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi o fato que motivou a primeira organização política da categoria, uma associação fundada em 1936. A participação da igreja católica nesse processo foi fundamental, principalmente a partir da década de 1960, por meio da Juventude Operária Católica. O diálogo maior com os movimentos feministas se estabeleceu durante a Constituinte, no final da década de 1980 (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 476-477, 480-481). As interações com essas diferentes organizações, é claro, se apresentou de maneira diferente nos movimentos de diferentes regiões do país.

Assim, há quase oitenta anos, os movimentos de trabalhadoras domésticas tentam reverter o quadro de desproteção legal que a categoria enfrenta. A situação mais crítica com a qual se deparam é justamente a questão da formalização da carteira de trabalho. Embora esta tenha crescido nos últimos anos, o quadro geral ainda é o de mais da metade das empregadas domésticas trabalhando na informalidade. Uma das dificuldades relacionadas a isso é uma característica marcante do trabalho doméstico: a relação personalista e de afetividade entre empregadores e empregadas. Como afirmam Girard-Nunes e Silva (2013, p. 599), as afetividades são utilizadas como “expediente de aproximação entre empregada e empregadora”, gerando expectativas de lealdade e de proteção. Essa carga de afetividade pode ser notada nas negociações de pagamentos extra salariais, nos pequenos presentes dados em troca da lealdade, nas fofocas entre mulheres e nas trocas de carinhos com as crianças da casa (BRITES, 2007, p. 94). Isso pode levar, inclusive, à aceitação de condições que não condizem com o que é prescrito para esse tipo de trabalho. Em outras palavras, como as empregadas são vistas “como se fossem da família”, os direitos e obrigações “decorrentes de uma relação puramente contratual aí não caberiam” (GIRARD-NUNES e SILVA, 2013, p. 600).

Apesar de muitas vezes as empregadas domésticas se beneficiarem desse tipo de relação (quando, por exemplo, recebem permissão para faltar o serviço por quaisquer motivos pessoais ou ajuda financeira do patrão numa situação de dificuldade), utilizando-se dela de acordo com sua própria conveniência (*idem*, p. 601), a afetividade não remove o fato de essa

relação ser claramente hierarquizada. Foi justamente isso o que mostrou Brites (2007) em sua pesquisa de campo, que envolveu entrevistas em profundidade e observação participante em lares patronais. Como ela afirma, apesar do afeto, presente principalmente entre as patroas e as empregadas, e entre estas e as crianças, há também consciência de ambas as partes da distância social que as separa. Essa distância se evidencia nas conversas e atitudes dos patrões por trás dos bastidores, nos espaços destinados às empregadas no interior dos domicílios (os “quartos de empregada”, “banheiros de empregada”, espaços de segregação) e nas rotinas cotidianas das crianças, que, por meio delas, aprendem a naturalizar a desigualdade (BRITES, 2007, p. 97, 103-104, 107). Essa ambiguidade das afetividades no trabalho doméstico deve ser vista, portanto, de forma complexa².

O trabalho doméstico remunerado funciona a partir de uma lógica de transferência das atividades domésticas de mulheres mais privilegiadas para outras em condição menos privilegiada. Uma vez que a divisão sexual do trabalho estabelece que as atividades de reprodução da vida doméstica são de responsabilidade feminina, as mulheres que se encontram numa situação econômica mais favorável estão aptas a pagar pelos serviços de outras. Assim, elas ficam liberadas para perseguir seus objetivos profissionais e educacionais fora do âmbito doméstico. Além disso, predomina, não somente no Brasil, mas também em outros países, uma visão “familista” em termos de suprimento das atividades reprodutivas. Isso significa que a família é vista como a entidade responsável pelo provimento dessas atividades. Conforme argumenta Biroli (2014, p. 29), quando a família é mantida como unidade privada responsável pelo cuidado com os mais vulneráveis (idosos, crianças e doentes), ela torna-se um dispositivo para legitimar a reprodução das desigualdades sociais.

Essa lógica (de transferência do trabalho doméstico de mulheres mais privilegiadas para mulheres menos privilegiadas) opera tanto no contexto nacional quanto no internacional. Nos países capitalistas desenvolvidos, essa transferência é feita por mulheres com melhores rendas e escolaridade para estrangeiras. Estas, por sua vez, deixam em seus locais de origem outras mulheres realizando trabalho doméstico para seu grupo familiar, geralmente de sua própria rede de vizinhança ou parentela (cf BRITES, 2013, p. 442; BRITES e PIKANÇO, 2014, p. 153). Isso é o que se chama, na literatura, de “cadeias globais de cuidado”.

Como se pode notar, o fenômeno da migração está estritamente relacionado ao trabalho doméstico. A racialização é a base de manutenção de sua lógica. Assim, como fica

² É importante observar, ainda, que quando a empregada aceita outra proposta mais vantajosa de emprego ou tenta obter os direitos trabalhistas negados pelos empregadores pela via judicial, a patroa sente-se “traída” (VIDAL apud GIRARD-NUNES e SILVA, 2013, p. 599).

claro com o exame dos dados, no Brasil, a participação das mulheres negras no trabalho doméstico é extremamente forte. Em outras nações na América Latina, contudo, etnias indígenas é que são atraídas para cumprir as tarefas reprodutivas (BRITES, 2013, p. 429). Nos Estados Unidos, são as mulheres de origem latina que as desempenham, posto que anteriormente era ocupado pelas afro-americanas. O provimento de serviços domésticos por mulheres oriundas de países pobres e/ou em desenvolvimento em nações capitalistas desenvolvidas é um fato que acompanha o fenômeno recente de feminilização das correntes migratórias. Esses fluxos migratórios se dão, sobretudo, no sentido Sul-Norte global. Nos países receptores, atributos naturalizados de gênero, raça e nação “identificam habilidades no contingente de mulheres imigrantes para cumprir o trabalho doméstico” (*idem*, p. 430). Nesse sentido, mulheres de determinadas cores e/ou nacionalidades são preferidas em relação a outras para desempenhar diferentes serviços domésticos (de cuidado, de limpeza, etc.).

Quando não é a migração internacional que caracteriza o trabalho doméstico, é a migração interna. Tal é o que se verifica historicamente no Brasil, onde mulheres jovens pobres e pouco escolarizadas se deslocam de seus municípios de origem para as “casas de família” nos centros urbanos, um movimento tanto intra quanto interestadual. Como pontua Bernardino-Costa (2015, p. 152), no imaginário das classes populares pensa-se que essas moças terão melhores condições de vida ao serem “criadas” por famílias abastadas, pois, ao oferecerem seu trabalho braçal, recebem em troca moradia e a oportunidade de realizarem seus estudos.

No entanto, no Brasil, o movimento migratório entre as trabalhadoras domésticas tem acompanhado a tendência de redução dos fluxos migratórios para as cidades grandes. Brites e Picanço (2014, p. 140), também utilizando dados da PNAD, mostram que os últimos anos foram caracterizados por uma presença maior de trabalhadoras em seu município de origem. Isso, aliado a mudanças nas famílias e nos padrões de comportamento das patroas e empregadas, se refletiu na redução do percentual de mensalistas residentes. Esse indicador também é reflexo da redução do trabalho doméstico infantil nos últimos anos. Infelizmente, porém, ele ainda era, em 2011, uma realidade para 258 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos (FNPETI, 2013).

A Emenda Constitucional 72, promulgada em 2013 a partir da aprovação da “PEC das domésticas”, veio no sentido de completar a lacuna deixada pelas legislações anteriores. A lei de 1972 era a que vinha regulamentando o trabalho doméstico até os dias atuais. Ela assegurava às trabalhadoras desse setor o direito a férias de 30 dias e adicional de um terço do salário, além do registro na Previdência Social, mas não garantia o pagamento de salário-

mínimo, licença-maternidade e repouso remunerado. A Constituição de 1988 assegurou esses direitos, porém, a jornada de trabalho, o trabalho noturno, o pagamento de horas extras e o acesso ao FGTS ficaram de fora do rol de direitos das trabalhadoras domésticas. A Emenda Constitucional 72, de 2013, foi o mecanismo legal que, enfim, regulamentou esses direitos (GIRARD-NUNES e SILVA, 2013, p. 596). O final desse processo se deu em 2015, quando os últimos mecanismos foram regulamentados por projeto de lei complementar.

A equiparação dos direitos dos trabalhadores domésticos aos de outras categorias profissionais foi mais um marco na história do emprego doméstico no Brasil. Entretanto, a efetivação desses direitos encontra sérios obstáculos. O primeiro deles está relacionado à dificuldade de fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte dos patrões. Por se tratar de uma relação de trabalho que se dá na esfera privada, a interferência estatal é prejudicada por conta de noções de inviolabilidade do domicílio. Além disso, como pontua Bernardino-Costa (2013, p. 485), a conquista da equiparação legal não é o “fim da história” num país que é caracterizado, historicamente, pelo descumprimento de leis. Há um abismo entre o que está prescrito na esfera do direito e a realidade das relações de trabalho no emprego doméstico (GIRARD-NUNES e SILVA, 2013, p. 588). Basta, para se dar conta disso, constatar que a legislação que estabelece a assinatura da carteira de trabalho remonta a 1972, completando 45 anos neste ano de 2017.

1.3. Trabalho doméstico e interseccionalidade: as duas dimensões do poder

Diante do exposto nas seções anteriores, não é difícil identificar o trabalho doméstico remunerado como uma zona de interseção entre gênero, classe social e raça (BRITES, 2007, p. 133). Na verdade, outras categorias podem ainda ser acrescentadas, tais como idade e nacionalidade. Nessa ocupação, diferentes eixos de poder interagem entre si e se cruzam para criar opressão, desempoderamento e desigualdades. Por isso, a perspectiva da interseccionalidade funciona tão bem como ferramenta analítica para o estudo do trabalho doméstico.

Como indicam Biroli e Miguel (2015, p. 49), nas relações entre empregadas domésticas e empregadoras no ambiente domiciliar, as opressões cruzadas diferenciam as mulheres, de modo que classe e raça constituem sua posição. As relações de gênero, porém, continuam atuando no sentido de lhes atribuir lugares distintos relativamente aos dos homens. A divisão sexual do trabalho no interior do lar permanece existindo mesmo com a presença da empregada. Isto é, à mulher empregadora é que compete o gerenciamento das atividades

domésticas, não estando delas desobrigada com a presença de uma empregada em casa (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 152-153). Mesmo nas famílias com empregada doméstica, são as mães as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças pequenas, como mostraram Brites e Picanço (2014, p. 145-146), utilizando dados da pesquisa “Família e Papéis de Gênero”, do *International Social Survey Programme* (ISSP), realizada em 2002 no Brasil.

Estudos recentes também têm se debruçado sobre a questão do provimento do trabalho de cuidado (*care*) e as desigualdades que o perpassam. Um dos trabalhos mais notáveis é o de Joan Tronto (2013), que discute as relações entre cuidado e democracia. Para ela, apenas quando as responsabilidades pelo cuidado forem repensadas com as preocupações genuinamente igualitárias em mente é que pode haver um pequeno progresso rumo a uma sociedade democrática (TRONTO, 2013, p. 96-97). A autora parte do pressuposto de que a capacidade de uma criança se desenvolver como um cidadão completo depende da qualidade do cuidado que recebe. O que é importante para a discussão aqui realizada é que Tronto constata (2013, p. 99) como o trabalho de cuidado é desvalorizado e designado a mulheres e pessoas de classe e status inferiores.

De fato, como pontua Hirata (2014, p. 66-67), recorrendo a diversas autoras, inclusive Tronto, o cuidado (*care*) é constituído pelas dimensões de gênero, classe e raça. Apesar de ser geralmente executado junto de outras atividades domésticas, o cuidado é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico. Na verdade, a própria linha que separa cuidado de trabalho doméstico não é tão clara, como afirma Boris (2014, p. 103).

Os marcadores de desigualdade de raça, gênero, classe e idade estão presentes nas narrativas de vida de trabalhadoras domésticas. Como constatou Bernardino-Costa (2015, p. 152), por meio de entrevistas que realizou com algumas dessas profissionais, esses marcadores foram mencionados para falar das dificuldades do trabalho doméstico no Brasil. Tal é o que se verifica nas palavras de Creuza Maria Oliveira, fundadora do sindicato das trabalhadoras domésticas da Bahia e atual secretária geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) no mesmo estado. Ela narra sua trajetória de vida num texto que foi um dos vencedores do *Prêmio Mulheres Negras Contam sua História*, realizado pela Secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). No relato, Creuza mobiliza categorias como idade e classe social, contando sua experiência de ter de começar a trabalhar precocemente, por razões econômicas:

Como a família não tinha quase nenhum dinheiro, aos 10 anos eu comecei a trabalhar “em casa de família”, como se diz até hoje. Aos 14 anos tive que ir morar em Salvador para poder ajudar melhor a minha família. Tinha acabado de perder minha mãe e o jeito foi trabalhar em uma casa onde pudesse ficar morando.

O problema é que essa mudança não significava ganhar um salário melhor, ter oportunidade de estudar. Nada disso. O trabalho era para conseguir comer melhor e ter roupa, ou seja, deixar de ser um peso para uma família que já vivia com tão pouco (OLIVEIRA, 2013, p. 17).

Creuza também mobiliza o gênero ao contar sobre as tentativas de abuso sexual que sofreu de um dos patrões para quem trabalhou durante sua trajetória como doméstica, e a raça, ao narrar o momento em que percebeu que a vida que levava não era muito diferente da de seus antepassados escravizados.

O cruzamento de diferentes eixos de poder, contudo, nem sempre atua como fonte de desempoderamento. A opressão de determinados grupos na sociedade é quase sempre acompanhada de luta e resistência destes. Bernardino-Costa (2015), que aborda o trabalho doméstico a partir dos conceitos de interseccionalidade e colonialidade do poder, busca enfatizar essa dupla dimensão das relações de poder, fazendo uso de uma visão foucaultiana destas. Para ele, essas categorias sociais, quando entrecruzadas, também podem atuar como fontes de projetos decoloniais e de interseccionalidade emancipadora. Em outras palavras, o conceito de interseccionalidade, para o autor, pode ser mobilizado não somente para enfatizar uma dimensão negativa, de dominação, mas também pode ser utilizado para pensar a emancipação e a mobilização política (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 155). É na articulação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas com movimentos sindicais de outras categorias de trabalhadores, movimentos feministas e movimentos negros que o autor enxerga essa interseccionalidade emancipadora.

Numa linha parecida vai Hirata (2014), ao discutir como a interseccionalidade pode se constituir como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, convertendo-se em um instrumento de luta política. Argumentando a partir de Patricia Hill Collins, ela aponta como a interseccionalidade pode ser, ao mesmo tempo, tanto um “projeto de conhecimento” quanto uma arma política (HIRATA, 2014, p. 69).

Mesmo que as trabalhadoras domésticas não consigam formular a realidade que vivem em termos de opressão “patriarcal” ou de classe, divisão sexual e racial do trabalho ou a partir de quaisquer outros construtos teóricos utilizados pela academia, elas são capazes de perceber que estão inseridas em relações que muitas vezes as colocam em situações desfavoráveis. Scott (2011), argumentando contra as concepções estruturais de classe utilizadas por alguns teóricos marxistas, que buscam seus “determinantes objetivos”, afirma que nem camponeses e

nem proletários deduzem suas identidades apenas e diretamente do modo de produção. Ele pontua que:

[...] o camponês malaio vivencia preços crescentes no arrendamento da terra, proprietários mesquinhos, taxas de juros ruinosas cobradas pelos emprestadores de dinheiro, colheitadeiras mecânicas que os substituem, e pequenos burocratas que os tratam de maneira indigna. Ele *não vivencia o nexo monetário* ou a *pirâmide capitalista das finanças* que faz daqueles donos de terras, proprietários de colheitadeiras, emprestadores de dinheiro e burocratas apenas a penúltima articulação em um complexo processo (SCOTT, 2011, p. 236, grifos meus).

Essa noção é importante para desfazer a ideia de que os sujeitos oprimidos ou dominados não possuem consciência de sua própria situação, aceitando total e passivamente a ordem social imposta pelos grupos dominantes. Os sindicatos e associações trabalhistas funcionam muitas vezes como “espaços de ruptura com o isolamento intramuros vivenciado pelas trabalhadoras domésticas, bem como com as relações tipicamente hierarquizadas vividas no interior da casa da patroa” (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 475). O contato e participação em movimentos sociais proporcionam um vocabulário e uma visão mais ampla das desigualdades que afetam as trabalhadoras domésticas. Isso pode ser notado no relato de Creuza Oliveira, que diz:

Em 1986, entrei para o Movimento Negro Unificado (MNU) e comecei a ter uma consciência sobre o que era o impacto do racismo na nossa condição de trabalhadoras domésticas. Somos cerca de 7 milhões de pessoas no Brasil e 95% são mulheres e negras.

No mesmo ano em que entrei para o MNU ajudei a criar a Associação Profissional das Trabalhadoras Domésticas da Bahia. A luta em defesa dos direitos da categoria se transformou na razão da minha militância e ocupa quase a totalidade da minha rotina diária (OLIVEIRA, 2013, p. 19).

É possível verificar, mesmo em contextos de opressão, possibilidades de agência. Macedo (2015) corrobora essa visão. Utilizando-se de entrevistas que realizou com empregadas domésticas, ela percebeu que as trajetórias das entrevistadas eram marcadas por uma série de assimetrias de poder. No entanto, tais marcações não eram reconstituídas apenas em um processo de compreensão das desigualdades enfrentadas, mas também como compreensão da própria capacidade de lidar com as adversidades (MACEDO, 2015, p. 194).

Em suma, o trabalho doméstico, pensado como um entrecruzamento de desigualdades, não somente posiciona os indivíduos nele envolvidos em posições diferenciadas, atribuindo-lhes vulnerabilidades e desvantagens. Como visto, o cruzamento de diferentes relações sociais de poder também pode produzir agências e mobilizações políticas. Enfatizar essa última

perspectiva é importante para não tratar os grupos oprimidos como sujeitos passivos e resignados com o *status quo*.

Capítulo 2 – Mídia e política

A mídia de massa é um fenômeno extremamente importante para as sociedades contemporâneas. Seu desenvolvimento, conforme aponta Thompson (1998, p. 32-33), tornou possível a produção e difusão generalizada das formas simbólicas. A popularização da mídia eletrônica no último século permitiu a ampliação da informação para além dos círculos mais restritos. A televisão e o rádio tornaram-se, no período mais recente, as principais fontes de informação do cidadão comum. Esse processo reconfigurou as democracias antes existentes (as “democracias de partidos”) no que Bernard Manin chamou de “democracias de público”. Nelas, predominaria uma imprensa apartidária e comercial e haveria um enfraquecimento dos partidos políticos como única instância mediadora entre o eleitor e o poder político. Isso implicaria num deslocamento parcial do debate público dos partidos e do parlamento para os meios de comunicação de massa, além de uma presença crescente de um eleitor sem vínculos ou fidelidade partidária (AZEVEDO, 2004, p. 45-46).

Assim, uma das características fundamentais da comunicação de massa³ se refere ao fato de que seus produtos estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de destinatários, possuindo, portanto, um caráter público, no sentido de estarem abertos ao acesso do público (THOMPSON, 1998, p. 35). Como visto, o desenvolvimento da mídia de massa não apenas implicou mudanças significativas na sociedade, mas também nos processos políticos. Por esse motivo, uma parte da Ciência Política tem se dedicado a pesquisar as relações entre mídia e política, criando, com isso, uma frutífera área de estudos. Este capítulo dedica-se, dessa forma, a explorar essa temática. Busca-se apresentar um panorama geral sobre esse debate, mas sem a pretensão de fornecer uma análise exaustiva dele.

Certamente, um dos principais elementos estudados na relação entre mídia e política se refere aos *efeitos* dos meios de comunicação de massa nos atores e instituições políticas. Há, por exemplo, uma preocupação com os efeitos da imprensa na formação da “opinião pública”, no comportamento dos atores políticos e na produção da agenda pública, esta última um dos elementos centrais da disputa política. Azevedo (2004) identifica duas abordagens que, durante considerável período de tempo, se constituíram como paradigmas explicativos

³ O termo “comunicação de massa”, como diz Thompson (1998, p. 30) é infeliz, pois pode sugerir, por meio da palavra “massa”, que as formas simbólicas são destinadas a uma grande quantidade de indivíduos, quando em alguns setores das indústrias da mídia a audiência permanece pequena e especializada. Além disso, essa palavra também pode levar a pensar que os destinatários dos produtos midiáticos se compõem de um mar de indivíduos passivos e indiferenciados entre si. Segundo Thompson, devemos abandonar essa ideia. O termo é aqui utilizado por simples convenção.

dominantes nos estudos sobre a relação entre mídia e política. A primeira delas foi a das chamadas “teorias da agulha hipodérmica”, que sustentavam que os efeitos da comunicação atingiam, indiscriminadamente, todos os que fossem expostos ao processo de comunicação. Elas atribuíam aos meios de comunicação de massa – e especialmente à propaganda – efeitos extremamente poderosos em suas audiências. A exposição à mensagem bastaria para gerar uma reação nos indivíduos. A segunda abordagem que se tornou paradigmática questionou esses pressupostos, sustentando que os produtos da mídia incidiam numa teia complexa de relações sociais. As mensagens transmitidas eram, então, filtradas e reinterpretadas por múltiplos intermediários no processo de comunicação. Dessa forma, a simples exposição às notícias e às propagandas não era capaz de produzir efeitos diretos e indiferenciados no público. Por isso mesmo, tal perspectiva ficou conhecida como “abordagem dos efeitos limitados”, por reduzir a importância dada à mídia relativamente às teorias hipodérmicas. Esse paradigma foi desafiado, nos anos 1970, pela teoria da *agenda-setting*, que, embora reconheça que os efeitos da comunicação acontecem através de mediações complexas e sutis, devolve aos meios de comunicação de massa a função de definir a agenda pública (AZEVEDO, 2004, p. 48-49, 51-52). A teoria da *agenda-setting*, então, tem se constituído como um dos principais paradigmas explicativos dentro dos estudos sobre os efeitos da comunicação de massa.

Wolf (1995, p. 126-129) elenca algumas mudanças dos novos paradigmas nos estudos sobre os efeitos da mídia de massa em relação aos velhos. Em primeiro lugar, muda o *tipo* de efeito. Este não diz mais respeito às atitudes, aos valores e aos comportamentos dos destinatários. Passa a se tratar de um efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura de forma estável. As mudanças se relacionam também, de acordo com Wolf, ao quadro temporal: os efeitos não são mais percebidos como pontuais e ligados diretamente à exposição às mensagens. Eles passam a ser entendidos como efeitos cumulativos, devido ao próprio caráter processual da comunicação. Abandona-se também o domínio dos efeitos intencionais para se tratar de efeitos, em certa medida, latentes.

No contexto nacional, os estudos brasileiros sobre as relações entre mídia e política, como afirmam Biroli e Miguel (2013, p. 77), foram inaugurados pela eleição presidencial de 1989, na qual a vitória de Fernando Collor foi vista como uma demonstração patente da midiaticização da política e do poder dos meios de comunicação para moldar as disputas eleitorais. Como no resto do mundo, as pesquisas da Ciência Política nessa área tendem a se concentrar nos contextos eleitorais. Predominam, assim, as análises sobre os efeitos da mídia no comportamento eleitoral e nas preferências políticas dos indivíduos. O noticiário cotidiano

e seu impacto na definição dos valores políticos dos eleitores, bem como os “valores de fundo” que organizam o próprio noticiário, tendem a ficar de fora das pesquisas sobre mídia no Brasil (BIROLI e MIGUEL, 2013, p. 82).

De fato, as análises sobre eleições geralmente medem o espaço dado a cada candidato e/ou a valência das matérias (positiva ou negativa) para explicar qual teria sido o papel dos meios de comunicação em determinados contextos eleitorais (PORTO, 2004, p. 75). Essas análises se limitam a verificar, assim, as adesões a candidatos e posições no debate político. Tal enfoque é insuficiente para o estudo da relação complexa entre mídia e política e fez, muitas vezes, os pesquisadores ficarem confusos nos casos em que candidatos não preferidos pela “grande imprensa” venceram disputas eleitorais, deixando claro uma persistência das velhas teorias hipodérmicas na organização de muitos esquemas mentais, apesar de todas as críticas a elas feitas (BIROLI e MIGUEL, 2013, p. 83).

Desse modo, é importante salientar que a influência do campo da mídia na política não se limita aos desvios com relação aos valores de objetividade e/ou imparcialidade (que são o baluarte do jornalismo) na transmissão das mensagens. Isto é, a comunicação de massa não produz resultados e influências políticas apenas nas ocasiões em que lhe falta objetividade ou imparcialidade. Na realidade, como argumenta Cook (2011, p. 204), o fato de jornalistas serem atores políticos não significa que eles sigam conscientemente agendas partidárias ou ideológicas particulares. A influência política da mídia pode decorrer da própria adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos. No processo de produção das notícias, os jornalistas incluem implicitamente valores inerentes às rotinas do trabalho e aos critérios do que torna um acontecimento digno de figurar no noticiário.

Outra forma de influência política da mídia que não diz respeito a desvios dos valores predominantes no jornalismo se refere aos enquadramentos (*framing*) adotados. Trata-se da percepção de que “as diferentes formas de apresentação dos temas pela mídia podem afetar o processo de formação de preferências políticas da audiência” (PORTO, 2004, p. 76). O conceito de enquadramento, nesse sentido, tem funcionado não somente como uma ferramenta analítica útil para os pesquisadores e como alternativa teórica às análises de valências, mas também tem contribuindo a outras perspectivas nos estudos sobre mídia, nomeadamente a teoria da *agenda-setting* (cf AZEVEDO, 2004). De acordo com Porto (2004, p. 82), uma definição que resume os aspectos centrais do conceito é a de Robert Entman, para quem enquadramento envolve seleção e saliência. Ao enquadrar, a mídia seleciona alguns aspectos de uma realidade percebida e os faz mais salientes que outros em um texto comunicativo.

Embora seja comum a problematização da concentração de propriedade da mídia no Brasil, pouco se fala das limitações que o próprio capitalismo impõe a ela. Como afirma Miguel (2014, p. 148, 156), a autonomia do campo da mídia é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico. Como os grandes órgãos de imprensa são empresas capitalistas, uma tomada de posição contra o capitalismo é algo altamente improvável. Esses grandes órgãos ficam, portanto, com a capacidade de determinar “as temáticas que irão predominar na agenda pública, os enquadramentos que terão maior visibilidade e os agentes que participarão do debate” (MIGUEL, 2012, p. 109).

O oligopólio no campo midiático é muitas vezes reforçado por práticas do próprio Estado. No Brasil, a relação entre Estado e mídia assume a face de um “coronelismo eletrônico”, como pontua Lima (2007). Trata-se de um fenômeno urbano da segunda metade do século XX, que resulta, em parte, do modelo que a União adotou de outorga a empresas privadas na exploração de serviços públicos de rádio e televisão. Historicamente, as concessões têm funcionado como moeda de barganha política. O “coronelismo eletrônico” dá origem a um tipo de poder criador de consensos políticos que facilitam (embora não garantam) a eleição e reeleição de representantes. Estes, por sua vez, recompensam os “coronéis” com a outorga e renovação das concessões de serviço de radiodifusão (LIMA, 2007, p. 113-114). O autor identifica duas “brechas” na legislação que permitiram a continuidade dessa prática no período mais recente, embora tenham sido posteriormente eliminadas por diferentes dispositivos legais.

Uma vez que os meios de comunicação de massa são fundamentais na produção e difusão de informações, discursos e representações da realidade social, a democratização da esfera política passa necessariamente pela equalização do acesso a esses meios, dando espaço na mídia a diferentes vozes presentes na sociedade (MIGUEL, 2014, p. 153). O jornalismo político, como demonstraram diferentes estudos, tende a privilegiar as “fontes oficiais”, as autoridades ligadas às diferentes instituições do Estado, o que se relaciona à própria compreensão que os jornalistas, a sociedade em geral e os próprios atores do campo político têm do que é política. Dessa forma, os jornalistas não apenas refletem a autoridade, mas reforçam-na (COOK, 2011, p. 212). Alguns grupos, então, têm maior acesso a esses meios do que outros.

No entanto, não se deve perder de vista que o jornalismo e a mídia em geral não possuem um controle absoluto desse processo. A existência de um sistema de mídia baseado na alta concentração de propriedade não significa que haja um monopólio estrito sobre a circulação de informações, discursos e representações (BIROLI e MIGUEL, 2013, p. 81). Há

sim diferentes vias de produção e circulação de discursos. O conceito de contra-públicos subalternos de Nancy Fraser fornece uma base teórica interessante para lidar com essa questão. Ao romper com a ideia de esfera pública única, a autora argumenta que sempre existiram diferentes públicos competindo entre si e que as relações entre o público burguês e os demais sempre foram conflitivas. Assim, o conceito de contra-públicos subalternos chama atenção à existência de cenários discursivos paralelos de membros de grupos sociais subordinados (FRASER, 1999, p. 147, 157). É claro que as desigualdades permanecem nesse modelo, criando públicos “fracos” e “fortes”. Além disso, a própria mídia não deve ser encarada como um bloco homogêneo. Em outras palavras, é preciso levar em conta que a mídia “é formada por veículos de diversos tipos e que a concentração da propriedade não se traduz em um controle completo sobre o fluxo comunicativo” (BIROLI e MIGUEL, 2013, p. 88).

Estudar os meios de comunicação de massa significa também estudar os processos de recepção e apropriação das mensagens pelos indivíduos e grupos aos quais se destinam. Conforme destaca Thompson (1998, p. 41), os estudiosos dessa área costumam limitar suas análises à mensagem em si, ao discurso transmitido (ou ainda, para usar a terminologia do autor, às formas simbólicas)⁴, quando é extremamente importante pensar nos meios de comunicação em relação aos contextos sociais práticos nos quais os indivíduos produzem e recebem tais mensagens. A recepção não somente é um processo ativo de interpretação (dependendo, portanto, de habilidades e competências dos indivíduos), mas também é uma rotina, estando presente no dia-a-dia das pessoas.

Destarte, deve-se considerar que, mesmo os meios de comunicação de massa possuindo um papel chave na definição das questões políticas relevantes para a sociedade, assim como na difusão das interpretações e representações consideradas legítimas da realidade social, esse processo não é livre de disputas. Grupos subordinados e sem poder recorrem a diferentes meios para fazerem valer seus discursos e visões de mundo.

Uma forma útil de entender as interações entre mídia e política é recorrer ao conceito de “campo”, de Pierre Bourdieu, como faz Miguel (2014). Ao tratar da ideia de campo, Bourdieu refere-se a um espaço social, mais ou menos restrito e autônomo, que possui suas próprias relações, processos e regras. Nele, os indivíduos podem ocupar posições mais centrais ou periféricas, de acordo com o nível de capital (recursos ou poder distribuídos de forma desigual) que acumulam. As figuras de autoridade no campo, que ocupam as posições

⁴ Nesse aspecto, como ficará claro adiante, este trabalho não é exceção.

mais centrais nele, são aquelas que detêm maior volume de capital. A sanção decorrente da transgressão das regras do campo manifesta-se na forma de exclusão ou fracasso (BOURDIEU, 2011, p. 195).

Assim, Miguel (2014) reforça o entendimento da mídia e da política como campos relativamente independentes, com suas próprias lógicas, mas que interferem um sobre o outro em larga escala. Seus agentes precisam, em alguma medida, incorporar a lógica um do outro. Como observa Cook (2011, p. 240), a notícia é uma coprodução dos jornalistas e de suas fontes. Não é incomum funcionários públicos poderosos pensarem no jornalismo como apoio potencial para atingir seus objetivos. Para figurar no noticiário, eles precisam, assim como outros atores, fornecer material alto nos valores de produção que convertem acontecimentos em notícia relevante.

Nesse sentido, uma das formas pelas quais os meios de comunicação podem influenciar o campo político está na formação do capital político, uma vez que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, um componente importante de sua produção (MIGUEL, 2014, p. 157-158). Os atores políticos possuem consciência disso e disputam por essa visibilidade. É importante lembrar, porém, que a mídia não detém o monopólio da produção e distribuição desse capital.

Os agentes políticos, em maior ou menor medida, tendem a orientar suas ações para o impacto presumível na mídia. Aqueles que ocupam posições mais centrais no campo político podem esperar uma atenção relativamente constante dos meios de comunicação para seus atos e palavras e, conseqüentemente, possuem possibilidades de alcançar destaque no noticiário com um dispêndio bem menor de esforço (MIGUEL, 2014, p. 159, 161). O mesmo não acontece com outros atores que ocupam posições periféricas no campo, como é o caso dos movimentos sociais, geralmente lidos como *outsiders* (com pouco ou nenhum acesso às estruturas formais de poder) pela abordagem do processo político. O acesso dos ativistas à mídia noticiosa é escasso no tempo e limitado no alcance. Eles só conseguem ser considerados dignos de figurar no noticiário sob determinadas circunstâncias, como quando apostam, por exemplo, na tentativa de gerar notícias perturbadoras, podendo, assim, ganhar cobertura sem controlá-la (COOK, 2011, p. 217, 232). É comum os movimentos sociais buscarem, como observa Carvalho (2004, p. 538), a espetacularização de suas ações como estratégia para garantir registro midiático.

A dramaticidade e espetacularização de ações dos movimentos sociais certamente são utilizadas estrategicamente para obtenção de visibilidade na mídia. O desenvolvimento de repertórios de ação que obtenham atenção dos meios é um fato, mas não se pode perder de

vista que as ações de caráter disruptivo, isto é, aquelas que quebram a rotina, como é o caso do protesto, do fechamento de vias públicas e da ocupação de terras improdutivas, como pontua Trindade (2015, p. 9), são muitas vezes o último e único recurso de que determinados grupos dispõem para se fazerem ouvir na esfera pública.

Ainda no que se refere às relações entre mídia e movimentos sociais, os acadêmicos brasileiros têm encontrado no conceito de enquadramento um instrumento de análise importante para estudá-las, destacando, por exemplo, os enquadramentos utilizados pelos principais telejornais na cobertura do Movimento Sem Terra (PORTO, 2004, p. 87). Assim como no caso dos movimentos urbanos por moradia estudados por Trindade (2015), a gramática importa: enquanto os movimentos se referem a um processo de *ocupação* (de terras improdutivas em um caso e de imóveis ociosos no outro), o poder público e a “grande imprensa” enxergam esse mesmo processo como *invasão*.

O desenvolvimento de novas tecnologias, como é o caso da *internet*, tem sido acompanhado de um otimismo por parte de muitos estudiosos. As possibilidades que essas tecnologias agregariam aos processos de produção e intercâmbio simbólicos seriam muitas e promissoras. A *internet*, por exemplo, é geralmente vista como um meio capaz de fornecer as condições necessárias para a criação de “canais informativos e comunicativos alternativos aos grandes meios de comunicação de massa” (ABILIO, 2011, p. 7). Ela também é enxergada como um recurso que pode ser utilizado para promover as vozes minoritárias no debate político (BIROLI e MIGUEL, 2013, p. 90). Além disso, as novas tecnologias são capazes de facilitar as organizações de grupos e de ações de protestos. Uma prova disso são as manifestações de rua no Brasil em junho de 2013, que inicialmente foram fruto da mobilização de grupos específicos contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, mas assumiram um caráter nacional e, por meio das redes virtuais de relacionamento, atraíram indivíduos e grupos dos mais variados tipos. Os protestos da direita contra o governo Dilma Rousseff, a partir de 2015, também contaram com o uso massivo da internet para o recrutamento dos manifestantes.

Não há dúvidas de que as novas tecnologias trazem uma mudança importante para os estudos sobre as relações entre mídia e política. Elas são capazes, entre outras coisas, de criar novas formas de ação política e podem ser importantes também em contextos eleitorais. Pelo menos desde as duas últimas eleições presidenciais no Brasil, o uso dos novos meios de comunicação pelos candidatos se fez notável. É preciso, contudo, tomar cuidado com as interpretações sobre o impacto dessas tecnologias na política. Não se deve perder de vista que não há uma separação entre “mundo virtual” e “mundo real”. Essas tecnologias e os

indivíduos que delas se apropriam estão sujeitos às mesmas relações de poder existentes *off-line* (ABILIO, 2011, p. 9). Como lembram Biroli e Miguel (2013, p. 88), o campo da mídia possui centros e margens, há hierarquias entre os veículos informativos. Se, por um lado, qualquer indivíduo com acesso à *internet* pode produzir informação, a capacidade de produzir conteúdo considerado relevante e revestido de legitimidade social, por outro, permanece concentrada. Os grandes conglomerados de mídia ocupam a posição de principais provedores de informação no próprio espaço da *internet* (MIGUEL, 2014, p. 144). Eles contam, inclusive, com uma estrutura que ainda falta aos veículos informativos inseridos nos novos meios de comunicação, como correspondentes em diferentes partes do mundo, prontos para apurar notícias.

Verifica-se, portanto, que a centralidade dos meios de comunicação tradicionais (a televisão, o rádio e a mídia impressa) permanece constante. Como afirma Azevedo (2004, p. 56), a maioria dos autores aponta a imprensa escrita (jornais e revistas) como a mais eficaz no processo de produção da agenda pública (*agenda-setting*).

Dessa forma, é necessária cautela ao falar da *internet* como mecanismo de aperfeiçoamento democrático, uma vez que grande parte da população mundial (e nacional) ainda está fora de seu processo de apropriação (ABILIO, 2011, p. 17). O acesso a essa tecnologia, além do mais, ainda está em boa medida associado à renda. O impacto da *internet* na política não assume a forma de uma completa ruptura com práticas anteriores, mas sim a de permanências e acomodações. Com relação ao ativismo político, por exemplo, tem-se verificado que as tecnologias de comunicação e informação favorecem a ação política nos casos em que os indivíduos já possuem interesse pelas causas em questão (*idem*, p. 15).

Os estudos sobre mídia e política constituem uma área importante de produção de conhecimento dentro da Ciência Política e da Sociologia, que tem gerado diversos estudos empíricos utilizando diferentes desenhos metodológicos. É fácil, nessa área, incorrer em simplificações da realidade, como o exemplo das teorias hipodérmicas ilustra. Não é incomum, como lembram Biroli e Miguel (2013, p. 83), pesquisadores representarem pelas posições de um punhado de grandes veículos um sistema complexo de meios de comunicação. A armadilha das simplificações pode se dar justamente pela suposta obviedade de alguns processos. Por isso, o melhor é proceder à análise da mídia tratando-a como ela de fato é: complexa.

Capítulo 3 – Mídia e trabalho doméstico

3.1. Delimitação do problema e metodologia de pesquisa

A parte empírica deste trabalho compreende uma análise de conteúdo midiática sobre o tema “trabalho doméstico”. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, em que se busca compreender, entre outras questões, quais foram as principais abordagens mobilizadas para a compreensão da realidade do trabalho doméstico no Brasil, isto é, quais fatos foram eleitos pela “grande imprensa” como os mais relevantes para a compreensão do tema. Além disso, a pesquisa buscou apreender qual foi o destaque que este recebeu, quais atores sociais foram ouvidos nesse processo e quais consequências foram presumidas com a equiparação dos direitos dos trabalhadores domésticos aos dos demais trabalhadores do país.

Nossa hipótese é a de que nos jornais impressos de grande circulação, a questão do trabalho doméstico está mais vinculada a uma abordagem econômica e a uma perspectiva que enfatiza os impactos da nova legislação na vida dos patrões. É para estes, então, que o noticiário é construído. O que também pode ser posto da seguinte maneira: o trabalho doméstico entrou no noticiário na medida em que as mudanças na legislação afetavam a vida econômica dos patrões. Isso está relacionado ao próprio perfil da audiência desses veículos. As classes populares geralmente consomem mais as notícias produzidas e transmitidas pela televisão, enquanto o consumo de jornais e revistas impressos, especialmente os de grande circulação nacional, tende a ser mais restrito às classes média e alta, que acessam esses veículos por meio de assinaturas pagas. Também isso se relaciona ao fato de os jornalistas geralmente serem provenientes dessas mesmas classes sociais. Portanto, esses veículos tendem a reproduzir uma “visão de classe média” sobre o tema.

Nos jornais televisivos, por outro lado, as notícias tendem a ser mais rápidas, fragmentadas e descontínuas no tempo. Por isso, espera-se que a cobertura jornalística seja limitada aos momentos decisivos da regulamentação dos direitos das empregadas domésticas e aos momentos de “crise”, envolvendo impasses nas negociações em plenário e problemas de interpretação e adaptação à nova lei por parte de trabalhadores e empregadores.

Uma vez que, como indicam Biroli e Miguel (2013, p. 86), há diferenças de foco e de enfoque internamente à “grande imprensa”, constitui um dos nossos objetivos nuançar as diferentes formas de abordagem do tema por diferentes veículos.

Para tentar responder as questões aqui propostas, a pesquisa empírica se baseou na análise da cobertura de três veículos de comunicação brasileiros. Os veículos selecionados foram os jornais impressos *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, e o televisivo *Jornal Nacional*. Os três jornais figuram entre os maiores e mais importantes noticiários do país, o que constitui o principal motivo de sua escolha. De acordo com a Associação Nacional de Jornais, de 2013 a 2015, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* estiveram, ininterruptamente, entre os três jornais impressos com maior média de circulação paga no país⁵. Além disso, são os maiores “*quality papers*” das duas maiores cidades brasileiras. O *Jornal Nacional*, por outro lado, é atualmente o jornal com maior audiência na televisão aberta⁶, posto no qual se mantém há alguns anos.

O método de buscas nos veículos selecionados envolveu o uso de cinco palavras-chave sobre o tema de interesse, as quais permitiram o alcance de uma ampla margem de resultados. As palavras-chave utilizadas nas buscas foram: “pec das domésticas”, “trabalho doméstico”, “trabalhador/a doméstico/a”, “emprego doméstico” e “empregado/a doméstico/a”. O recorte temporal da análise cobriu o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015. Essa escolha está relacionada a dois eventos importantes no que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado no Brasil: a promulgação da Emenda Constitucional 72, em abril de 2013, resultante da PEC das domésticas (aprovada em março desse mesmo ano pelo Senado Federal), e a aprovação, em maio de 2015, do projeto de lei que a regulamentou, sancionado no mês seguinte do mesmo ano. Durante esse período, portanto, o tema ganhou a atenção da mídia e ficou em evidência na agenda pública.

Assim, utilizando as palavras-chave mencionadas, chegamos ao número total de 2.234 matérias, somando-se os três veículos pesquisados. No jornal *O Globo*, foi alcançado um total de 1.802 matérias. Na *Folha de S. Paulo*, esse número foi de 412. No *Jornal Nacional*, 20 matérias foram encontradas.

No entanto, para a construção do *corpus* de análise, aplicaram-se critérios específicos de seleção. O primeiro filtro utilizado foi o da cobertura da PEC das domésticas. Assim, todas as matérias que abordavam a proposta foram incluídas na base de dados. Também foram as matérias que tratavam diretamente do tema “trabalho doméstico”, mesmo quando não se referiam à mudança na legislação. Como nossa análise se voltou à cobertura do noticiário em

⁵ Conforme: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>. Acesso em 4/3/2017.

⁶ De acordo com a pesquisa sobre a audiência diária do horário nobre realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), disponível em: <https://goo.gl/izqCH2>. Acesso em 4/3/2017.

si⁷, isto é, à maneira como esses veículos construíram sua narrativa sobre o tema pesquisado, as seções de leitores, nas quais estes participam por meio de cartas e e-mails, não encontraram espaço em nosso escopo analítico. Os comentários dos leitores talvez pudessem servir para um estudo interessante sobre os processos de resposta (*feedback*) às mensagens que eles recebem dos meios de comunicação, mas não constituem o foco desta pesquisa.

Além das seções de leitores, foram excluídas do *corpus* de análise quaisquer matérias e textos sem relação com o tema, como horóscopos, matérias de entretenimento, notícias sobre crimes, entre outros. Também não entraram na base de dados matérias que abordavam, isoladamente, temas como trabalho infantil, desigualdade de gênero e racismo. Apesar de tais temas possuírem relação direta com trabalho doméstico – como visto anteriormente neste mesmo trabalho –, eram casos em que este não era apresentado como o foco da matéria, sendo mencionado apenas lateralmente. Por último, foram desconsideradas da análise as matérias sobre o filme *Que Horas Ela Volta?*, da diretora Anna Muylaert, lançado em 2015. Tal escolha é justificada por dois motivos principais: o primeiro refere-se ao fato de as matérias sobre o filme possuírem foco neste enquanto obra audiovisual, pouco o aproveitando para uma discussão sobre a realidade do trabalho doméstico remunerado; o segundo está relacionado à diminuta quantidade de matérias sobre o filme no período compreendido pela pesquisa. Além da aplicação desses critérios, também foram removidas as repetições, isto é, matérias que apareceram como resultado duas ou mais vezes, em diferentes palavras-chave.

Com isso, o *corpus* de análise foi constituído por 18 matérias do *Jornal Nacional*, 112 da *Folha de S. Paulo* e 124 do jornal *O Globo*, somando um total de 254 matérias. No caso do jornal carioca *O Globo*, é importante fazer algumas observações. O elevado número de resultados na busca inicial nesse veículo se deve a dois motivos principais: em primeiro lugar, o mecanismo de busca no *site* do jornal retornou muitas repetições e matérias duplicadas; em segundo, o uso da palavra-chave “empregado/a doméstico/a” trouxe como resultados inúmeros quadros de indicadores econômicos, publicados quase que diariamente pelo jornal, e que, evidentemente, não eram relevantes para a pesquisa. Ao todo, então, foram encontradas 982 tabelas de indicadores e 287 repetições nesse jornal, que foram responsáveis por inflar o total de resultados na busca inicial, fornecendo a impressão equivocada de que o jornal carioca produzira mais conteúdo relacionado ao tema que seu concorrente paulista.

As informações mencionadas acima constituem a primeira etapa da pesquisa. Contudo, foram estabelecidos quatro estágios de trabalho: (a) busca (com uso das palavras-chave

⁷ Embora, como afirma Thompson (1998), diferentes estudos tenham mostrado a complexidade dos processos de recepção, criando novas e frutíferas agendas de pesquisa, isso não constitui o foco deste trabalho.

citadas) e seleção das matérias; (b) elaboração do questionário; (c) preenchimento de uma ficha-resposta para cada texto ou matéria jornalística; e (d) observação consolidada dos resultados. O *software* estatístico *Sphinx* foi utilizado para o agrupamento e análise dos dados.

A ficha de resposta possui 30 questões padronizadas, entre as quais: o veículo a qual veículo a matéria pertence, a seção ou caderno em que o texto se encontra no caso dos jornais impressos, o espaço dedicado ao assunto (tamanho da matéria nos jornais impressos e tempo de duração no televisivo), a presença ou não de fotos, gráficos ou quaisquer tipos de ilustrações nos veículos impressos, o tipo da matéria analisada (se se tratava de uma reportagem, de entrevista, coluna, etc.), os tipos de abordagens sobre o tema (que serão discutidos abaixo), os atores sociais que foram chamados a falar nas matérias; as consequências indicadas com a regulamentação do trabalho doméstico (quando houve indicação de consequências) e a presença ou não de uma narrativa sobre a vida de trabalhadoras domésticas.

Análises preliminares do material nos permitiram chegar a 12 categorias de resposta para a questão “abordagem”, que se refere às perspectivas adotadas para abordar o assunto “trabalho doméstico”. Essas categorias são descritas e explicadas sumariamente abaixo:

1) *perspectiva econômica* – menciona movimentos de retração ou expansão no mercado de trabalho (aumento ou redução de renda, aumento ou redução da formalidade, etc.), mostra indicadores macroeconômicos e trabalha com variáveis econômicas;

2) *questão de direitos dos trabalhadores domésticos* – refere-se aos benefícios obtidos como direitos merecidamente conquistados pelos trabalhadores domésticos ou avanços necessários ou inevitáveis, geralmente dando voz a trabalhadores que comemoram a nova legislação;

3) *questão de deveres dos patrões* – refere-se aos benefícios obtidos como deveres dos patrões com relação a seus empregados, como obrigações que devem ser cumpridas;

4) *afeto na relação entre patrão e empregado* – aborda o tema do trabalho doméstico a partir de uma perspectiva das relações interpessoais entre patrões e empregados, as quais são atravessadas pela informalidade e pelo afeto;

5) *trabalho doméstico ligado à questão racial* – vincula o trabalho doméstico à questão de raça, identificando na ocupação a forte presença de pessoas negras, geralmente reconhecendo a influência da escravidão na atual configuração do trabalho doméstico;

6) *exercício do trabalho doméstico por mulheres* – vincula o trabalho doméstico à questão de gênero, identificando na ocupação a forte presença de mulheres, geralmente levando em consideração a divisão sexual do trabalho;

7) *caráter de classe do trabalho doméstico* – vincula o trabalho doméstico à questão de classe, identificando na ocupação a forte presença de pessoas pobres que prestam serviços domésticos para pessoas de classe média ou alta;

8) *tramitação de propostas sobre trabalho doméstico* – discorre sobre o processo de tramitação de propostas sobre o trabalho doméstico, geralmente explicando com detalhes o que tais iniciativas propõem, que mudanças estão sujeitas a ocorrer, quem é o autor da proposição, em que fase da tramitação esta se encontra, etc. Aplica-se principalmente às discussões sobre a regulamentação de dispositivos da PEC e sobre a PEC em si;

9) *esclarecimento sobre a legislação* – fornece explicações sobre regras aprovadas e já em vigor, sobre prazos e formas de pagamentos;

10) *consequências da extensão dos direitos* – examina consequências da extensão de direitos, não se limitando a apontá-las;

11) *problemas para pagamento dos benefícios* – aborda dificuldades enfrentadas pelos patrões para o pagamento dos novos benefícios, geralmente no contexto do “Simples Doméstica”, sistema de geração de guias que apresentou falhas em seus primeiros dias;

12) *outra* – não se adequa a nenhuma das opções acima.

Todas as matérias foram analisadas a partir das abordagens que mobilizam para a compreensão da realidade noticiada. Como uma mesma matéria pode apresentar diferentes abordagens, foi permitido marcar mais de uma categoria como resposta nessa questão, observando o limite de 6 respostas. Contudo, identificamos uma abordagem predominante para cada matéria analisada, isto é, a categoria (entre as mencionadas acima) que ganha centralidade no texto jornalístico.

A ficha de resposta foi testada diversas vezes, de forma a tornar as questões exaustivas com relação ao universo de análise. Os testes permitiram a inclusão ou exclusão de categorias que se mostraram eficientes ou não.

Este estudo surgiu a partir do Projeto de Pesquisa “Convergências na reprodução das desigualdades: gênero, raça e classe na política brasileira contemporânea”, coordenado pelo professor Luis Felipe Miguel e desenvolvido entre 2015 e 2016 pelo grupo de pesquisa “Democracia e Desigualdades” (Demodê), vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Uma versão preliminar deste mesmo estudo foi apresentada por Denise Mantovani (2016) no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), a partir dos dados então disponíveis em nossa base de dados. Esta, contudo, foi

ampliada e finalizada por mim, e inclui informações não presentes na versão anterior. Os resultados de tal pesquisa são discutidos a seguir.

3.2. Resultados da pesquisa

Como explicado na seção anterior, a PEC das domésticas foi um marco importante na seleção das matérias que compuseram o *corpus* de análise. Do total de 254 matérias analisadas, 123 (48,4%) eram sobre a PEC ou sobre aspectos de sua regulamentação. Dentre esse total de matérias, a grande maioria, isto é, 192 (75,6%) eram reportagens. Nos jornais impressos, a maior parte dos textos ocupava um espaço menor ou igual a um quarto de página (72,5%). No televisivo Jornal Nacional, por sua vez, o tempo médio de duração das matérias foi de dois minutos e trinta e oito segundos. Em média, 8,4% do tempo do Jornal Nacional foram dedicados à cobertura sobre o trabalho doméstico, nas 18 edições desse veículo analisadas. Os achados, em termos de espaço dado ao tema nos veículos, estão dentro do esperado.

Nos jornais impressos analisados, conforme ilustra a *Tabela 1*, a grande maioria dos textos encontrava-se nos cadernos de Economia e Mercado. Dentro dessa categoria, encontram-se seções de negócios ou investimentos, como, por exemplo, o caderno “Folhainvest”, que muitas vezes contém a seção de economia (Mercado) ou está contida como seção dentro desse caderno. A proeminência dessa categoria ressalta o entendimento do trabalho doméstico como questão econômica pelos dois veículos em questão, o que se coaduna com a hipótese aqui sustentada, tendo em vista que, nos cadernos de economia, os leitores são encarados como investidores ou consumidores potenciais (MIGUEL, 2014, p. 163; COOK, 2011, p. 237). As colunas e artigos assinados, como se pode imaginar, encontram-se nas seções de opinião, geralmente os primeiros cadernos de ambos os jornais impressos analisados. Outros cadernos ou seções não categorizados incluem “Rio”, “Morar Bem” e “Segundo Caderno”.

Tabela 1 – Seção ou caderno da matéria analisada – Folha de S. Paulo e O Globo

Seção ou caderno	Freq.	%
Economia/Mercado	194	82,2%
Opinião	29	12,3%
Cotidiano/Sociedade	4	1,7%

Poder/País	3	1,3%
Outro	6	2,5%
TOTAL OBS.	236	100%

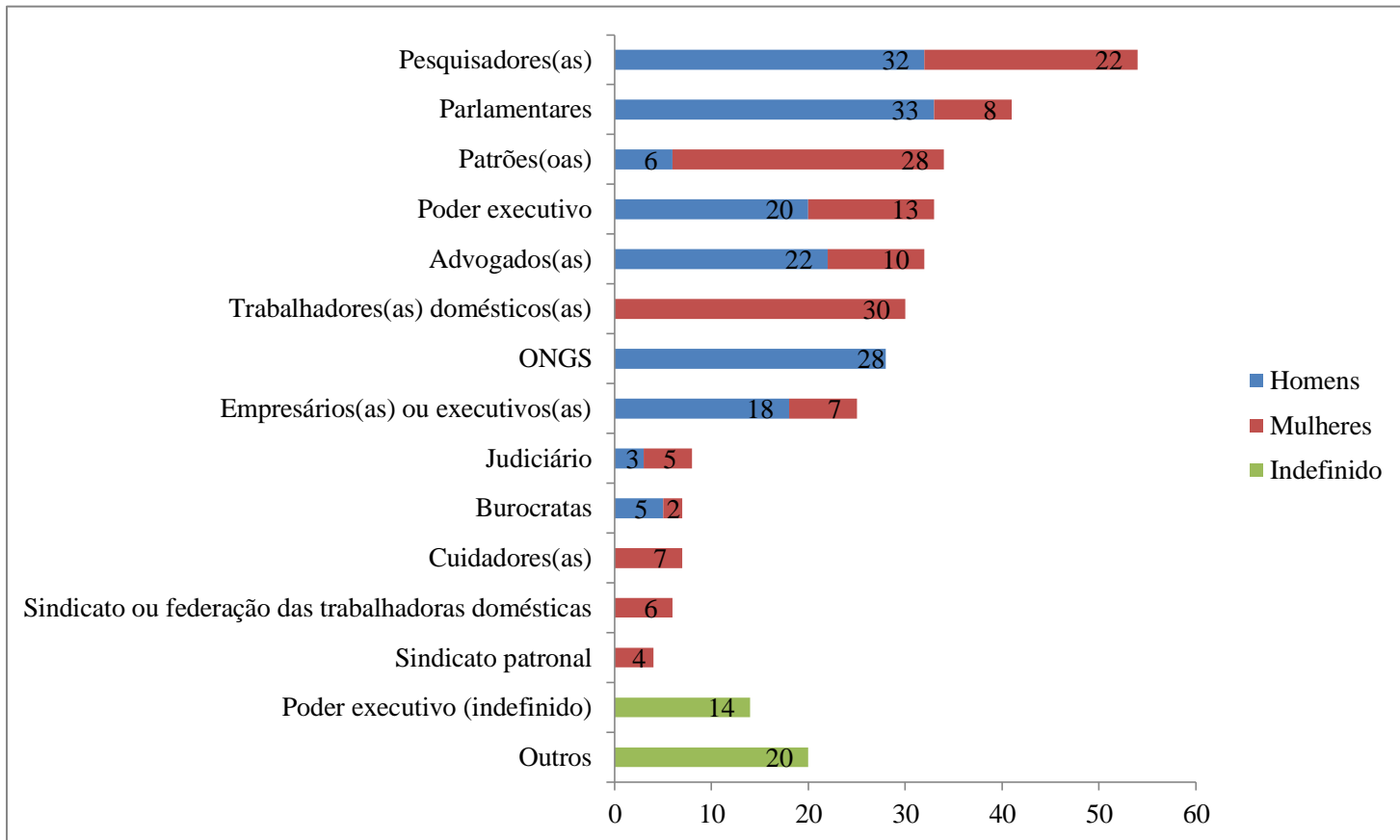
Fonte: elaboração própria.

O exame das vozes no noticiário confirma algumas tendências apontadas pela literatura. Em primeiro lugar, verifica-se uma forte presença das chamadas “fontes oficiais”, como diferentes autores já haviam observado (COOK, 2011). Entre elas, incluem-se parlamentares, membros do poder judiciário, ministros e burocratas. Juntos, todos estes somam cerca de 30% das vozes presentes no noticiário. Os parlamentares do sexo masculino foram as fontes oficiais mais ouvidas nos textos analisados, como indica o *Gráfico 1* abaixo. O fato de o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ter sido relator da comissão responsável por regulamentar a Emenda Constitucional 72 contribuiu para a saliência dessa categoria, já que ele foi, de longe, a fonte mais recorrente.

Nos cargos do poder executivo, dois nomes se destacaram: o de Gleisi Hoffman (PT-PR), Ministra-Chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma Rousseff; e o de Manoel Dias (PDT), então Ministro do Trabalho e Emprego. No poder judiciário, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Alves Miranda Arantes foi uma das fontes mais ouvidas pelos jornais, principalmente pela sua relação com o trabalho doméstico. A ministra trabalhou como empregada doméstica em sua juventude para custear seus estudos. Esse aspecto do seu passado foi constantemente resgatado nas matérias em que ela aparecia, como se não somente sua posição como ministra do TST a autorizasse para falar sobre o tema, mas também sua experiência prévia com o emprego doméstico.

Tão frequentes quanto parlamentares do sexo masculino foram pesquisadores do sexo masculino. Embora estes tenham sido mais recorrentes no noticiário, a quantidade de pesquisadoras do sexo feminino não foi nada desprezível. A consulta a pesquisadores em geral (a categoria mais citada) também reflete um tratamento do tema como questão econômica. O primeiro indicador importante disso reside no fato de que os pesquisadores mais ouvidos foram justamente a professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense Hildete Araújo e o coordenador de pesquisas sobre Trabalho e Rendimento do IBGE Cimar Azeredo.

Gráfico 1 – Atores sociais que recebem voz de acordo com o sexo – Folha de S. Paulo e O Globo



Obs.: O gráfico é construído sobre 155 observações. A quantidade citações é superior à de observações devido às respostas múltiplas (6 no máximo).

Fonte: elaboração própria.

Deve-se observar, além disso, que, enquanto os parlamentares em geral são consultados quando a abordagem predominante da matéria refere-se à “tramitação de propostas sobre trabalho doméstico”, os pesquisadores são mais ouvidos quando a abordagem predominante assume uma “perspectiva econômica”.

Outro achado que também confirma tendências prévias identificadas na literatura diz respeito à reduzida presença dos movimentos sociais no noticiário. Enquanto movimentos feministas e negros estão totalmente ausentes do debate sobre trabalho doméstico na *Folha de S. Paulo* e no jornal *O Globo*, os sindicatos da categoria pouco espaço recebem nesses veículos. As dificuldades que os movimentos sociais de maneira geral encontram para figurar na “grande imprensa” são aqui ampliadas pela própria fragilidade dos movimentos de classe das trabalhadoras domésticas, que, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, contam com um reduzido número de filiadas. Também os sindicatos patronais encontram essas barreiras. Embora seja difícil encontrar dados sobre filiação a essas organizações, pode-se

presumir que ela também seja bastante diminuta. Os jornais, como se pode observar no *Gráfico 1*, dão mais espaço às trabalhadoras e empregadoras de maneira individualizada do que às suas respectivas representações de classe.

Curiosamente, a presença de organizações não governamentais (ONGs) se mostrou pronunciada. Na verdade, a presença de uma organização em particular elevou a importância dessa categoria, o “Instituto Doméstica Legal”. Trata-se de uma ONG criada e presidida pelo empresário Mario Avelino, também idealizador da empresa “Doméstica Legal”, que é descrita como “o departamento pessoal do empregador doméstico”. A empresa fornece serviços de folha de pagamento *online* e consultoria trabalhista para empregadores domésticos e é a entidade responsável por manter a organização não governamental. Esta também é patrocinada por outras duas empresas, o “Instituto FGTS Fácil” e a “Dinâmica Sistemas Personalizados Limitada”. As demais entidades que compõem a ONG são o “Sindicato dos Empregados de Edifícios de Niterói (SEEN)”, o “Sindicato dos Empregados Domésticos de Mato Grosso (SED-MT)” e o “Sindicato dos Empregadores Domésticos do Paraná (SEDEP)”. Todas as 28 citações na categoria “ONGs” se referem a essa organização, exceto em um único caso, que se refere à ONG “Educafro”.

A proeminência de trabalhadoras domésticas e patroas como vozes no noticiário evidenciam dois indicadores importantes. Em primeiro lugar, mostra que, de fato, o que importa na seleção de quem irá falar nas matérias é a relação dessas fontes com os eventos que estão sendo noticiados, conforme aponta Cook (2011, p. 212). Trabalhadoras e empregadoras, nesse sentido, estariam qualificadas para discutir o trabalho doméstico e as mudanças na legislação que o regulamenta, uma vez que estão inseridas nessa realidade. Em segundo lugar, mostra que a divisão sexual do trabalho persiste mesmo quando há uma empregada doméstica em casa. Como discutido anteriormente, a presença da empregada não desobriga a patroa das tarefas domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 153). Assim, a presença reduzida de homens patrões em comparação às mulheres patroas como vozes no noticiário mostra que é à mulher que compete o gerenciamento do lar e do contrato de trabalho da empregada, o controle das horas extras que esta realiza, as punições ou recompensas por bom ou mau comportamento, etc. Também é significativa a completa ausência de trabalhadores domésticos do sexo masculino.

A presença de advogados e advogadas, no geral, se relaciona à apresentação de interpretações de dispositivos legais envolvendo o trabalho doméstico. Assim, é comum que advogados e advogadas sejam consultados nas matérias cujas abordagens predominantes caminham numa linha de “esclarecimento sobre a legislação” e também naquelas que

abordam as “consequências da extensão dos direitos” das trabalhadoras domésticas e a “tramitação de projetos de lei sobre trabalho doméstico”.

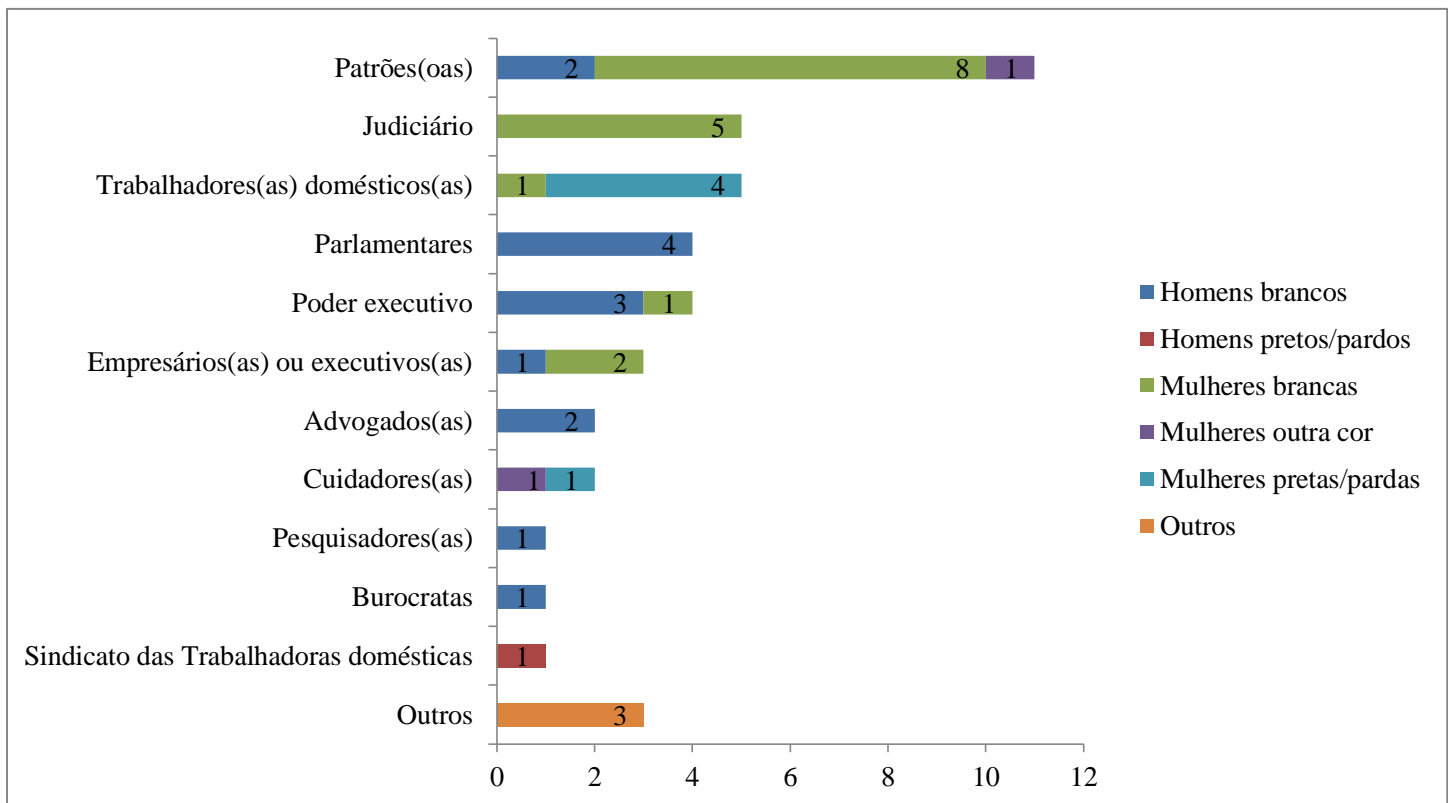
A categoria “outros” inclui, em sua maioria, representantes de diferentes tipos de associações e organizações, tais como associações de cuidadores de idosos de diferentes estados, a Federação Nacional de Empresas de Serviços Contábeis, o Sindicato dos Profissionais de Informática do Distrito Federal, federações de escolas privadas, a Associação Nacional de Produtos Eletroeletrônicos, entre outras.

O conjunto de vozes que surgem no *Jornal Nacional* não apresenta diferenças significativas em relação aos dois jornais impressos. Ainda há uma concentração nas fontes oficiais, embora aqui membros do poder judiciário do sexo feminino ganhem maior destaque, incluída a já mencionada ministra do TST Delaíde Arantes. Por conta das próprias características do telejornal (utiliza a linguagem audiovisual), foi possível identificar a raça ou cor dos atores sociais consultados nas matérias. Como pode ser observado no *Gráfico 2*, houve uma predominância de pessoas brancas como vozes presentes na construção das notícias. Pessoas pretas ou pardas somente apareceram em três situações: quando se tratavam de trabalhadoras domésticas, cuidadoras e representantes do sindicato das trabalhadoras domésticas.

Houve, também, uma predominância de patroas com relação a patrões, sobretudo patroas brancas. Apenas em uma única ocasião uma patroa não branca recebeu voz, mas esta não era uma mulher preta ou parda. Tratava-se de uma mulher de origem oriental. Em uma única ocasião uma empregada doméstica branca foi ouvida.

O que se pode observar, nos três veículos pesquisados, é que, quando se trata das duas partes principais envolvidas no trabalho doméstico (empregados e patrões), há uma predominância de vozes femininas. Em contrapartida, quando se busca atores com capacidade de explicar e interpretar os acontecimentos, as vozes predominantes são masculinas (pesquisadores e advogados).

Gráfico 2 – Atores sociais que recebem voz de acordo com sexo e raça/cor – Jornal Nacional



Obs.: O gráfico é construído sobre 16 observações. A quantidade citações é superior à de observações devido às respostas múltiplas (6 no máximo).

Fonte: elaboração própria.

Ainda sobre as vozes presentes no noticiário, uma ocorrência surpreendeu: a forte presença de empresários/as ou executivos/as (representantes de empresas em geral). Nessa categoria, estão incluídos donos de agências de empregos, donos de empresas que terceirizam serviços de limpeza, executivos de grandes empresas fabricantes de eletrodomésticos, donos de escritórios de contabilidade, entre outros. Os jornais consultaram empresários ou representantes de empresas quando a abordagem predominante da matéria discutia as “consequências da extensão dos direitos”. Das 25 vezes em que empresários ou representantes de empresas (de ambos os sexos) foram chamados a falar nos jornais impressos analisados, 60% delas se deram em matérias cuja abordagem predominante se referia às consequências da mudança na legislação. Donos de agências de empregos, em geral, foram mais consultados em matérias que apontavam como consequências um aumento na quantidade de demissões e uma redução da formalização no emprego doméstico. Eles contavam que, com a nova legislação, havia subido o número de domésticas procurando emprego. Donos de empresas prestadoras de serviços de limpeza foram consultados em matérias que apontavam um

crescimento da demanda por serviços domésticos terceirizados após a ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos. Quando a consequência apontada se referia ao encarecimento do serviço doméstico, empresários de diferentes setores eram consultados. Por um lado, apontava-se que a tendência era a substituição de empregados mensalistas por diaristas ou terceirizados. Por outro, que, com o aumento dos custos para se manter um trabalhador doméstico, as famílias tenderiam a buscar a automação, o que se refletiria no aumento da venda de eletrodomésticos de diferentes tipos. Nesse caso, executivos de empresas fabricantes de eletrodomésticos eram consultados para informar aumento ou redução nas vendas desses produtos.

Quanto às entrevistas realizadas, apenas 6 fizeram parte do *corpus* de análise da pesquisa. Em duas delas a entrevistada foi a ministra do TST Delaíde Arantes, em outras duas foi a professora do Departamento de Economia da UFF Hildete Araújo, em uma o entrevistado foi o então Ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias e em uma outra foi a professora Neuma Aguiar, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ou seja, houve um número maior de entrevistas com mulheres do que com homens.

No que se refere às abordagens predominantes das matérias, a categoria mais proeminente foi “tramitação de propostas sobre trabalho doméstico”, com 70 ocorrências num universo de 254 matérias. Esse resultado está dentro do esperado, pois esse tipo de abordagem permite uma cobertura contínua das mudanças, dos embates em plenário, das votações e das negociações, gerando uma construção das notícias em forma de histórias, o que permite alimentar o noticiário durante certo período de tempo. Conforme mostra a *Tabela 2*, a categoria “consequências da extensão dos direitos” também se destacou, principalmente no jornal *O Globo*:

Tabela 2 – Abordagem predominante de acordo com veículo

Abordagem predominante/Veículo	O Globo	Folha de S. Paulo	Jornal Nacional	TOTAL
Tramitação de propostas sobre trabalho doméstico	39	26	5	70
Consequências da extensão dos direitos	33	18	1	52
Perspectiva econômica	14	22	1	37
Esclarecimento sobre a legislação	9	20	5	34
Problemas para pagamento dos benefícios	11	9	4	24

Questão de direitos dos trabalhadores domésticos	8	9	1	18
Questão de deveres dos patrões	2	1	1	4
Caráter de classe do trabalho doméstico	4	0	0	4
Afeto na relação entre patrão e empregado	2	1	0	3
Exercício do trabalho doméstico por mulheres	1	0	0	1
Trabalho doméstico e questão racial	0	0	0	0
Outra	1	6	0	7
TOTAL	124	112	18	254

Fonte: elaboração própria.

O jornal carioca discutiu mais as consequências da nova legislação do que os outros veículos analisados. Na verdade, *O Globo* utilizou as consequências (geralmente negativas, como será discutido adiante) da ampliação dos direitos como um meio para se opor à PEC das domésticas. Já a *Folha de S. Paulo* assumiu uma abordagem mais especificamente econômica que os outros dois veículos. Houve a preocupação, em todos eles, em esclarecer para a audiência aspectos importantes da legislação, o que é um dos papéis atribuídos ao jornalismo pela sociedade. Essa preocupação, contudo, foi menor no jornal *O Globo*, proporcionalmente ao total de matérias do veículo.

Conforme pontua Cook (2011, p. 222), o imperativo de contar histórias nos noticiários de televisão e rádio é particularmente proeminente dada a necessidade de manter as audiências sintonizadas. Por esse motivo, a abordagem do *Jornal Nacional* se deu em torno da “tramitação de propostas sobre trabalho doméstico” e dos “problemas para pagamento dos benefícios”. Este último tipo de abordagem condensa bem os valores de produção, pois se trata de um acontecimento oportuno, facilmente descritível e dramático. Após a regulamentação da Emenda Constitucional 72 em 2015, o governo criou um sistema de geração automática de guias para o pagamento dos novos direitos dos empregados domésticos. O primeiro mês de vigência do sistema foi marcado por problemas de funcionamento deste. A dificuldade dos empregadores para pagarem os encargos trabalhistas de seus empregados criou uma situação em que vilões (o governo e a Receita Federal) e vítimas (empregadores e trabalhadores domésticos) puderam ser claramente identificados. Assim, 22,2% das matérias do *Jornal Nacional* foram dedicadas à cobertura dessa “crise”.

A dramaticidade das notícias com essa abordagem pode ser constatada na matéria intitulada “Governo diz que não vai mudar data do pagamento do Simples Doméstico”, de Fernando Rêgo Barros, que foi ao ar no dia 3 de novembro de 2015:

Repórter: Há três dias, Cristiano [empregador] tenta emitir a guia de pagamento do Simples Doméstico no site do eSocial. Ele perdeu boa parte do feriadão em frente ao computador, sem sucesso. Haja paciência. Para não ter multa, a guia tem que ser paga até sexta-feira, dia 6.

Outro exemplo é a matéria de Phelipe Siani do dia seguinte intitulada “Simples Doméstico tem sido um transtorno até para contadores”:

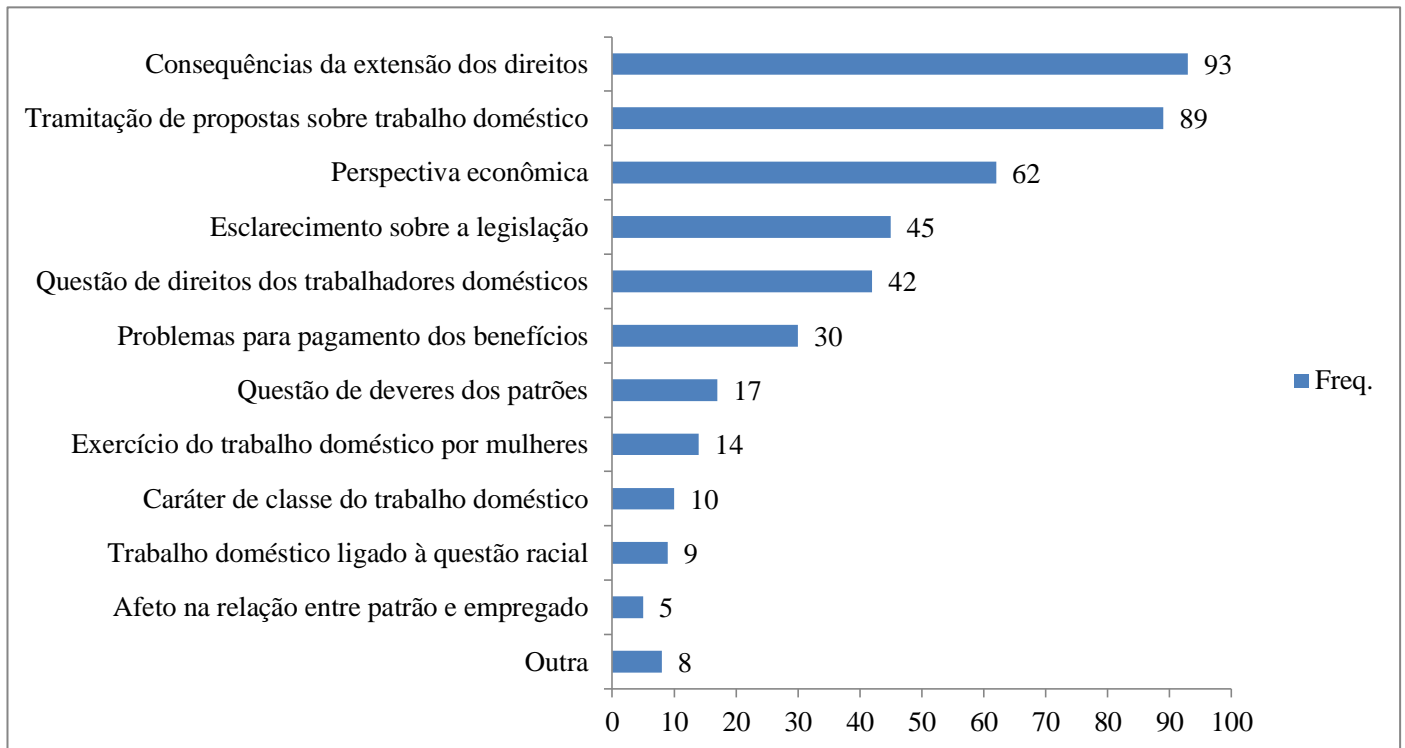
Repórter: Desde segunda-feira eles [contadores] estão passando esse apuro. Não faltou pensar em alternativa para resolver a situação. Nada dá certo.
Âncora do telejornal: Ontem, o Jornal Nacional mostrou o sofrimento de um morador de Brasília para imprimir o boleto. O Cristiano Finazi [empregador] passou o feriado e a terça-feira tentando. Hoje de madrugada ele conseguiu e até filmou. Só que na hora de pagar, o caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal não reconheceu o código de barras do boleto.

Os problemas no eSocial também renderam matérias nos outros veículos. Isso porque, como lembra Cook (2011, p. 223), a condição essencial das notícias não é o conflito em si, mas uma série infindável de conflitos e soluções momentâneas. Os jornais, portanto, reportavam problemas no funcionamento do *site*, que prejudicavam empregadores e os impediam de arcar com suas obrigações e os ouviam junto de autoridades do governo ou da Receita Federal. Estes últimos prometiam soluções ou aconselhavam os empregadores a não utilizar o *site* nos horários de pico. Nos dias seguintes, como o problema se mostrava persistente, o procedimento se repetia.

A questão sobre as diferentes abordagens presentes numa mesma matéria tornou possível constatar a presença, ainda que reduzida, das discussões sobre raça, gênero e classe e sua relação com o trabalho doméstico, como mostra o *Gráfico 3* a seguir. Ainda que tais discussões não tenham constituído a linha condutora principal dos textos analisados, exceto em raríssimos casos, elas não estiveram totalmente ausentes do noticiário.

As abordagens “exercício do trabalho doméstico por mulheres”, “caráter de classe do trabalho doméstico” e “trabalho doméstico ligado à questão racial” encontraram maior espaço em colunas e artigos assinados, isto é, nas seções de opinião.

Gráfico 3 – Abordagens



Obs.: O gráfico é construído sobre 254 observações. A quantidade citações é superior à de observações devido às respostas múltiplas (6 no máximo).

Fonte: elaboração própria.

No que se refere à indicação de consequências, do total de 254 matérias analisadas, quase a metade não indicava nenhuma consequência da ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos. Assim, 134 observações incluem uma ou mais consequência indicadas no corpo do texto. Nessa questão, a categoria mais proeminente, pelo menos nos jornais impressos, foi a consequência “elevação dos custos para os patrões”, como pode ser constatado na *Tabela 3*. Em primeiro lugar, deve-se considerar que o aumento de custos é como que uma consequência automática da ampliação de direitos. Ou seja, o acesso a uma gama maior de garantias sociais vem acompanhado de um gasto maior com o empregado. Se o empregador precisar deste por um período de tempo superior à jornada estabelecida pela legislação de oito horas diárias, deve pagar horas extras. Ele deve também, obrigatoriamente, pagar férias, FGTS e outros encargos. Isso tudo contribui para o aumento de gastos. Contudo, a insistência dos jornais em apontarem essa consequência “óbvia” evidencia como o noticiário é voltado para uma preocupação das classes médias e altas empregadoras, o que mais uma vez parece confirmar nossa hipótese inicial.

Tabela 3 – Consequências indicadas no texto de acordo com veículo

Consequências/Veículo	O Globo	Folha de S. Paulo	Jornal Nacional	TOTAL
Elevação dos custos para os patrões	45	25	1	71
Equiparação com outros tipos de trabalho	16	17	3	36
Redução da formalização	11	13	0	24
Demissões	13	4	0	17
Aumento da formalização	7	3	0	10
Redução da exploração	3	5	0	8
Mudanças na divisão do trabalho doméstico nas famílias	7	1	0	8
Mudanças na relação entre empregado e empregador	3	5	0	8
Aumento da burocracia	3	4	0	7
Crescimento da demanda por serviços domésticos terceirizados	2	3	1	6
Acesso à cidadania	4	2	0	6
Extinção progressiva do trabalho doméstico no Brasil	2	2	0	4
Maior procura por eletrodomésticos	2	1	0	3
Crescimento da demanda por escolas/creches com horário ampliado	3	0	0	3
Outras	4	2	1	7
TOTAL	125	87	6	218

Obs.: Os valores da tabela são as quantidades de citações de cada dupla de categorias. A tabela é construída sobre 134 observações. A quantidade citações é superior à de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Fonte: elaboração própria.

Como mencionado anteriormente, o jornal *O Globo* se preocupou muito mais em discutir as consequências da nova legislação do que os outros dois veículos estudados. Ele também indicou muito mais consequências que seu concorrente paulista, especialmente consequências negativas, tais como “demissões” e “redução da formalização”. Em muitos casos, a consequência “equiparação com outros tipos de trabalho” veio acompanhada de “elevação dos custos para os patrões”. A categoria “outras” incluiu a indicação de consequências como “aumento dos gastos do Estado”, “eliminação do quarto de empregada nos empreendimentos imobiliários mais recentes”, “mudanças na vida das trabalhadoras

domésticas” e “queda na renda das trabalhadoras domésticas”. Como as normas de objetividade e imparcialidade do jornalismo tendem a inibir a apresentação de interpretações no noticiário pelos próprios jornalistas, estes frequentemente citam outros atores para promover interpretações específicas acerca da realidade noticiada (PORTO, 2004, p. 92-93). Desse modo, foi comum as consequências presentes nos textos serem indicadas por diferentes atores sociais consultados. Os autores de colunas e artigos, por serem, em sua maioria, profissionais que não atuam como repórteres na redação, possuem oportunidade de promover suas próprias interpretações da realidade e, nesse caso, consequências.

Nesse sentido, nos jornais impressos pôde-se observar uma variação na pluralidade de opiniões e posicionamentos nas diferentes colunas e artigos assinados que compuseram o conjunto de matérias analisado. No total, foram 26 colunas e 10 artigos assinados, tendo cada jornal contribuído com 13 e 5, respectivamente. *O Globo* foi marcado por uma diversidade maior de posicionamentos e opiniões sobre temas relacionados ao trabalho doméstico remunerado. Dois exemplos emblemáticos são os artigos de Guilherme Fiuza (2013) e de Luiz Antônio Simas (2013), que trazem posicionamentos diametralmente opostos no que se refere à ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos no Brasil. Em seu texto, intitulado ironicamente de “A revolução da empregada”, Fiuza critica a aprovação das PEC das domésticas:

O conto de fadas do oprimido continua. Agora, as empregadas domésticas foram libertadas da escravidão. [...] Com a PEC das domésticas, cada lar brasileiro assistirá a revanche do povo contra as elites. [...] O fim da escravidão aboliu o bom senso e conseguirá trazer perdas para patrões e empregados, democraticamente. Mas os populistas estão felizes para sempre. [...] Se o leitor enjoou da comida da empregada, consulte um advogado. O socialismo chegou à cozinha e o tempero virou assunto de Estado (FIUZA, 2013, p. 18).

Luiz Antônio Simas, por outro lado, escreve em seu artigo “O senhor de engenho dentro de nós”, publicado no dia seguinte, em 14 de abril de 2013:

Há um senhor de engenho nos espreitando nos elevadores sociais e de serviço; nos apartamentos com dependências de empregadas [...]. Temos, por fim, o siricotico [sic] de certos setores indignados com a proteção trabalhista que os empregados domésticos passarão a ter no Brasil. O argumento de que os direitos – como o FGTS – encarecerão demasiadamente o trabalho e gerarão desemprego esconde uma questão de evidente fundo cultural: o incômodo de uma elite que sempre desqualificou o serviço doméstico e é herdeira de uma das maldições que o cativo legou entre nós; a ideia de que a exploração do serviço braçal é quase um favor que o senhor presta àquele a quem explora (SIMAS, 2013, p. 23).

O jornal carioca também forneceu espaço para um artigo do então presidente do Senado Federal Renan Calheiros (PMDB-AL), que comemorou a aprovação da PEC das domésticas. Na *Folha de São Paulo*, Creuza Maria Oliveira, então presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, escreveu um dos 5 artigos publicados no veículo. No jornal paulista, as opiniões dos colunistas e dos autores de artigos assinados tenderam a convergir com o posicionamento do próprio jornal, exceto no caso de Danuza Leão, que chegou a escrever, em sua coluna semanal, que, com a PEC, “trabalhar como arrumadeira será praticamente ter estabilidade no emprego, como os funcionários públicos” (LEÃO, 2013a, p. C2). A colunista reclamava da dificuldade que seria demitir uma empregada doméstica e do “pânico” que os empregadores teriam em contratar uma funcionária. Em outro texto, Danuza Leão afirma (2013b, p. C2), sobre a PEC das domésticas, que “o governo está interferindo um pouco mais do que o tolerável na relação entre empregado e empregador no trabalho doméstico”.

Quanto às posições dos jornais acerca do tema, a *Folha de S. Paulo* produziu 7 editoriais, enquanto o jornal *O Globo* produziu 8. Como mencionado anteriormente, o jornal carioca recorreu às consequências negativas que a PEC das domésticas traria para se opor a ela. Assim, a indicação de demissões, elevação dos custos para os patrões e redução da formalização foi mais proeminente do que na *Folha de S. Paulo*, conforme é possível observar na *Tabela 4*, que mostra as consequências indicadas nos editoriais de acordo com o veículo. Num editorial significativo, *O Globo* (2013a, p. 20) afirma que “não é difícil prever um terremoto arrasador neste mercado de trabalho [...]. É certo que parte ponderável dos empregados será empurrada para a informalidade, subemprego ou desemprego”.

Tabela 4 – Consequências indicadas nos editoriais de acordo com o veículo

Consequências/veículo	O Globo	Folha de S. Paulo	TOTAL
Equiparação com outros tipos de trabalho	1	7	8
Elevação dos custos para os patrões	4	4	8
Redução da formalização	5	1	6
Demissões	3	0	3
Acesso à cidadania	0	2	2
Aumento da burocracia	1	0	1
Extinção progressiva do trabalho doméstico no Brasil	1	0	1
Nenhuma	1	0	1
TOTAL	16	14	30

Obs.: Os valores da tabela são as quantidades de citações de cada dupla de categorias. A tabela é construída sobre 15 observações. A quantidade citações é superior à de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

Fonte: elaboração própria.

Em nenhum dos dois veículos é colocada em questão a importância de assegurar os direitos dos trabalhadores domésticos. Contudo, o jornal *O Globo* chama atenção aos impactos econômicos da nova legislação:

Trabalhadores têm direitos que precisam ser assegurados. Fora de discussão. Mas a extensão pura e simples, de imediato e sem gradações que deem margem aos empregadores de adaptar o orçamento a obrigações recém-criadas, de benefícios de impacto na renda familiar terá dois efeitos imediatos: demissões e o aumento da informalidade (O GLOBO, 2013b, p. 12).

A *Folha de S. Paulo*, em contrapartida, se posicionou a favor da proposta de emenda à Constituição que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos. No editorial do jornal publicado em 3 de fevereiro de 2014, o texto conclui que, com a PEC das domésticas, o trabalho doméstico ficou mais caro, “mas também mais digno”, e que isso é “um preço justo a pagar”.

De forma geral, é possível afirmar que em quase nenhuma questão de nossa ficha-resposta os dois jornais impressos analisados apresentaram diferenças significativas, exceto no que se refere aos seus posicionamentos acerca da nova legislação do trabalho doméstico por meio de seus editoriais, como foi discutido acima. As diferenças aqui foram mais de foco e de enfoque.

Por fim, uma questão importante em nosso questionário tratou de existência ou não de narrativas sobre a vida de mulheres trabalhadoras domésticas. Uma quantidade quase insignificante de matérias apresentou narrativas desse tipo, apenas 12 do total de 254 matérias analisadas. Essas narrativas, porém, apresentaram pontos em comum: em quase todas elas, a migração e o trabalho infantil se apresentaram como uma realidade para as trabalhadoras domésticas. De famílias empobrecidas, geralmente provenientes das regiões Norte e Nordeste do país, essas mulheres migraram para outros estado para trabalharem como empregadas domésticas, muitas vezes sem remuneração. As dificuldades enfrentadas por elas também são enunciadas. Na matéria “Domésticas: mais custo e mais burocracia”, por exemplo, a jornalista Nice de Paula (2013) narra a vida de Taciane da Silva, que, para trabalhar de babá numa casa da zona norte do Recife, deixa a filha de dois anos durante toda a semana com uma outra pessoa que recebe 100 reais por mês. Isso é uma realidade comum para as empregadas domésticas com filhos. Como discutem Girard-Nunes e Silva (2013, p.

597), devido à falta de creches, essas trabalhadoras contratam outras mulheres em situação de grande precariedade. Não estão presentes nessas narrativas dificuldades relacionadas a raça ou cor, mas é recorrente o entrecruzamento de outras categorias sociais, como as já mencionadas “lugar de origem”, “idade” e “classe social”.

Considerações finais

O trabalho doméstico foi abordado, nos jornais impressos analisados, como questão econômica. A presença majoritária das matérias em cadernos ou seções de economia reforça esse entendimento, bem como o exame das consequências da nova legislação indicadas nos textos e o das vozes presentes na construção do noticiário. Assim, os jornais se preocuparam com os impactos que a mudança na legislação traria para a vida dos empregadores, já que a consequência mais citada se refere à “elevação de custos para os patrões”, como visto no capítulo anterior. Além disso, as fontes mais consultadas foram pesquisadores, com uma presença importante de economistas, tais como a professora da Universidade Federal Fluminense Hildete Araújo e o coordenador de pesquisas do IBGE Cimar Azeredo.

Tanto nos jornais impressos como no televisivo, as votações e negociações no Congresso foram acompanhadas e, uma vez aprovada a proposta de emenda à Constituição, houve preocupação em esclarecer à audiência os novos mecanismos legais que passaram a regular o trabalho doméstico remunerado no Brasil. O *Jornal Nacional*, como esperado, devido às próprias características da linguagem televisiva, se restringiu a abordar o tema por essas duas perspectivas, mas também o pautou quando uma “crise” se instaurou na efetivação dos direitos dos trabalhadores domésticos. As falhas no sistema Simples Doméstico tiveram uma alta importância para os valores de produção do noticiário, pois trouxeram um acontecimento oportuno, facilmente descritível e dramático, criando uma situação em que vilões e vítimas puderam ser claramente identificados. A rapidez e dinamicidade da linguagem do jornalismo televisivo dificultaram com que consequências fossem apontadas e interpretações fossem apresentadas. Quando muito, se referiam a interpretações sobre os dispositivos legais, não a interpretações econômicas e sociais, geralmente lançando mão de falas de advogados e de membros do poder judiciário.

Nos três veículos pesquisados, a consulta às fontes oficiais foi bastante proeminente, reforçando tendências encontradas na literatura sobre mídia e política. Patroas e empregadas foram constantemente consultadas pela relação que possuem com os eventos noticiados. Essas partes foram, contudo, consultadas de forma individualizada, uma vez que sua representação de classe não encontrou espaço no noticiário.

Apesar das diferenças de posicionamento dos dois jornais impressos quanto à proposta que alterou a legislação sobre trabalho doméstico no Brasil, poucas diferenças foram encontradas em sua abordagem sobre o tema. As diferenças se restringiram ao foco e enfoque

adotados pelos veículos. *O Globo*, por exemplo, apontou muito mais consequências do que seu concorrente paulista, além de ter se utilizado de possíveis consequências negativas para seu posicionamento contrário à proposição. O posicionamento favorável da *Folha de S. Paulo* não impediu com que a consequência mais apontada fosse justamente a referente à “elevação dos custos para os patrões”, uma consequência negativa, porém “aceitável”, na opinião do jornal expressa em seus editoriais.

Em ambos os casos, a questão foi vista sob a ótica patronal. O tema “trabalho doméstico” entrou no noticiário na medida em que as mudanças na legislação afetaram a vida econômica dos patrões, o que, por sua vez, está relacionado ao próprio perfil elitizado da audiência desses veículos. A forte presença de empresários ou executivos como fontes evidencia como os jornais, que, conforme visto anteriormente, alocaram as matérias majoritariamente nos cadernos de economia, enxergam nos leitores potenciais consumidores ou investidores, uma vez que parte considerável desses empresários e executivos era do setor de prestação de serviços terceirizados de limpeza e de eletrodomésticos.

Os dados puderam confirmar a força com que estão presentes no campo jornalístico as hierarquias sociais de gênero, classe e raça, uma vez que as vozes selecionadas para compor o noticiário estão associadas a perspectivas socialmente situadas.

Em último lugar, é importante mencionar o fato de que os veículos analisados discutiram aspectos relacionados a gênero, classe e raça no trabalho doméstico. Contudo, as matérias não possuíam como linha condutora principal a discussão desses temas, exceto em casos muito específicos.

Referências bibliográficas

ABILIO, Marcus. “Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital”, paper apresentado no IV Encontro da Compólitica, anais. Rio de Janeiro, 2011.

AZEVEDO, Fernando Antônio. “Agendamento da Política”. em: Antonio Albino Canelas Rubim (org.): “Comunicação e política: conceitos e abordagens”. Salvador : Edufba, 2004, pp. 41-72.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. “Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil”. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, 2013, pp. 471-489.

_____. “Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil”. Revista Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, 2015; pp. 147-163.

BIROLI, Flávia. “Família: novos conceitos”. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. “Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, n. 81, 2013.

_____. “Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades”. Mediações, vol. 20, n. 2, 2015, pp. 27-55.

BOURDIEU, Pierre. “O campo político”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, 2011, pp. 193-216.

BORIS, Eileen. “Produção e reprodução, casa e trabalho”. Trad. Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. Tempo Social, v.26, n.1, 2014, pp. 101-121.

BRITES, Jurema Gorski. “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”. Cadernos Pagu, n. 29, 2007, pp. 91-109.

_____. “Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas”. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, 2013, pp. 422-451.

BRITES, Jurema e PICANÇO, Felícia. “O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas”. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, nº 31, 2014, pp. 131-158.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos. “Representações da política” em: Antonio Albino Canelas Rubim (org.): “Comunicação e política: conceitos e abordagens”. Salvador : Edufba, 2004, pp. 515-542.

COLLINS, Patricia Hill. “Intersectionality’s definitional dilemmas”. *Annual Review of Sociology*, n. 41, 2015; pp. 1-20.

COOK, Timothy E. “O jornalismo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 6, Brasília, 2011, pp. 203-47.

CRENSHAW, Kimberle. “Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, nº 1, 2002; pp. 171-187.

DELPHY, Christine. “O inimigo principal: a economia política do patriarcado”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, 2015, pp. 99-119.

FRASER, Nancy. “Repensando la esfera pública: Una contribución a la crítica de la Democracia actualmente existente”. *Ecuador Debate*. Quito, 1999, pp. 139-174.

Fórum Nacional de Prevenção ao Trabalho Infantil (FNPETI). (2013), *O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil (Relatório de Pesquisa)*. Brasília.

GIRARD-NUNES, Christiane e SILVA, Pedro H. Isaac. “Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil” *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 3, 2013; pp. 587-606.

HIRATA, Helena. “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais” *Tempo Social*, v. 26, n. 1, 2014; pp. 61-73.

HOOKS, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, 2015, pp. 193-210.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2017.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos Estudos*, n. 86, 2010; pp. 93-103.

KERNER, Ina. “Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo”. *Novos Estudos*, n. 93, 2012; pp. 45-58.

LIMA, Venício Artur de. “As ‘brechas’ legais do coronelismo eletrônico”. *Aurora*, nº 1, 2007, pp. 113-26.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. “Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex) empregada doméstica”. *Mediações*, v. 20 n. 2, 2015, pp.184-207.

MANTOVANI, Denise. “Mídia e democracia: relações de poder na narrativa jornalística sobre o trabalho doméstico”. Artigo apresentado no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), anais eletrônicos. Belo Horizonte, 2016.

MCCALL, Leslie. “The complexity of intersectionality”. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. “Democracia e sociedade de classes”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº9. Brasília, 2012, pp. 93-117

_____. “Democracia e representação: territórios em disputa”. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. “Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política”. *Psicologia em Estudo*, v. 11, 2006, pp. 647-654.

OLIVEIRA, Creuza Maria. “Minha luta é para ver tornar-se real o sonho do trabalho doméstico decente” em: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Prêmio Mulheres Negras Contam sua História. Brasília, 2013.

PHILLIPS, Anne. “De uma política de ideias a uma política de presença?” *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, 2001, pp. 268-90.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. “Situação atual das trabalhadoras domésticas no país”. In: MORI, Natália et alii (Orgs.). *Tensões e experiências:*

um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador. Brasília: Cfemea/MDG3 Fund, 2011, pp. 33-68.

PORTO, Mauro P. “Enquadramentos da mídia e política” em: Antonio Albino Canelas Rubim (org.): “Comunicação e política: conceitos e abordagens”. Salvador : Edufba, 2004, pp. 73-104.

SCOTT, James C. “Exploração normal, resistência normal”. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, 2011, pp. 217-43.

THOMPSON, John B. “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia”. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRINDADE, Thiago Aparecido. “A participação para além dos espaços institucionais: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo (SP)”. 39º Encontro Anual da ANPOCS, anais. Caxambu, 2015.

TRONTO, Joan C. “Vicious circles of privatized caring: care, equality, and democracy” in: “Caring democracy: markets, equality, and justice”, New York University Press, 2013.

YUVAL-DAVIS, Nira. “Intersectionality and feminist politics”. European Journal of Women's Studies, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.

WOLF, Mauro. “Teorias das comunicações de massa”. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Matérias jornalísticas citadas

BARROS, Fernando Rêgo. “Governo diz que não vai mudar data do pagamento do Simples Doméstico”. Jornal Nacional, edição do dia 3 de novembro de 2015.

FIUZA, Guilherme. “A revolução da empregada”. Jornal O Globo, edição matutina, Opinião. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2013, p. 18.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Trabalho civilizado” [Editorial]. Jornal Folha de São Paulo, Primeiro Caderno, Opinião. São Paulo, 3 de fevereiro de 2014, p. A2.

LEÃO, Danuza. “O assunto do dia”. Jornal Folha de São Paulo, Cotidiano. São Paulo, 31 de março de 2013a, p. C2.

_____. “O medo, o luxo e a PEC”. *Jornal Folha de São Paulo, Cotidiano*. São Paulo, 14 de abril de 2013b, p. C2.

O GLOBO. “Terremoto” [Editorial]. *Jornal O Globo, edição matutina, Economia*. Rio de Janeiro, 29 de março de 2013a, p. 20.

_____. “Efeito ao contrário” [Editorial]. *Jornal O Globo, edição matutina, Opinião*. Rio de Janeiro, 25 de março de 2013b, p. 12.

PAULA, Nice de. “Domésticas: mais custo e mais burocracia”. *Jornal O Globo, edição matutina, Economia*. Rio de Janeiro, 31 de março de 2013, p. 29.

SIANI, Phelipe. “Simples Doméstico tem sido um transtorno até para contadores”. *Jornal Nacional, edição do dia 4 de novembro de 2015*.

SIMAS, Luiz Antônio. “O senhor de engenho dentro de nós”. *Jornal O Globo, edição matutina, Opinião*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2013, p. 23.